

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO – EAESP

LEONARDO FUJISIMA YADA

**A AUTOGESTÃO E AS RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO A PARTIR DA
ANÁLISE DISCURSIVA**

SÃO PAULO

2015

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO – EAESP

**A AUTOGESTÃO E AS RELAÇÕES DE PODER E DOMINAÇÃO A PARTIR DA
ANÁLISE DISCURSIVA**

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Relatório Final

Aluno: Leonardo Fujisima Yada

Orientador: Mário Aquino Alves

SÃO PAULO

2015

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família. Minha mãe, meu pai, meu irmão e minha vó, em especial. Sem dúvida, são pessoas essenciais que estarão sempre participando, direta ou indiretamente, de todas as etapas de minha vida. Não há como descrever, em palavras, o amor que sinto por estas pessoas. Deixo aqui, portanto, meus agradecimentos, por terem feito e por terem sido tudo e mais um pouco.

Agradeço também a uma pessoa muito especial: minha companheira e amiga Pri. Sem a sua presença, minha vida gveniana não seria tão divertida. Obrigado por me ensinar, por me escutar, por me guiar e por estar sempre presente.

Não posso deixar de agradecer à minha tia Migue. Por tudo que fez, durante estes anos de graduação, posso considerá-la minha segunda mãe.

A realização de um projeto de iniciação científica não é tarefa simples. Sem a orientação do meu professor, orientador e amigo Mário, nada disso seria possível. Agradeço-o, profundamente, por todas as indicações de leitura, considerações e conversas sobre assuntos diversos.

Além disso, não posso deixar de agradecer a todas e todos os funcionários da EAESP-FGV: pessoal da limpeza, da segurança, do Rockafé, da biblioteca e da administração. Em especial, destaco Douglinhas, cuja fome pelo saber e pelo conhecimento certamente me inspira muito.

Deixo também um espaço especial a todas e todos os professores que estiveram presentes na minha formação.

Agradeço, ainda, às minhas amigas e amigos. Com certeza, são pessoas importantes que vou levar para o resto da minha vida.

Agradeço também às pessoas entrevistadas e à Maria Paola Ometto.

Por fim, agradeço à ITCP-FGV. Este trabalho é fruto da experiência que tive quando trabalhei na entidade. Em especial, dedico este estudo à Eloá, à Julie, ao Leo, à Le, ao Lucas, à Marcela e à Pri. Obrigado por tudo.

O operário em construção

Vinicius de Moraes

E o Diabo, levando-o a um alto monte, mostrou-lhe num momento de tempo todos os reinos do mundo. E disse-lhe o Diabo:

- Dar-te-ei todo este poder e a sua glória, porque a mim me foi entregue e dou-o a quem quero; portanto, se tu me adorares, tudo será teu.

E Jesus, respondendo, disse-lhe:

- Vai-te, Satanás; porque está escrito: adorarás o Senhor teu Deus e só a Ele servirás.

Lucas, cap. V, vs. 5-8.

Era ele que erguia casas

Onde antes só havia chão.

Como um pássaro sem asas

Ele subia com as casas

Que lhe brotavam da mão.

Mas tudo desconhecia

De sua grande missão:

Não sabia, por exemplo

Que a casa de um homem é um templo

Um templo sem religião

Como tampouco sabia

Que a casa que ele fazia

Sendo a sua liberdade

Era a sua escravidão.

De fato, como podia

Um operário em construção

Compreender por que um tijolo

Valia mais do que um pão?

Tijolos ele empilhava

Com pá, cimento e esquadria

Quanto ao pão, ele o comia...

Mas fosse comer tijolo!

E assim o operário ia

*Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.*

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facção -
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.*

*Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário*

*Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.*

*Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão -
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.*

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.*

*E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim*

*Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:*

*Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.*

*E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.*

*Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma preocupação
- "Convençam-no" do contrário -
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isso sorria.*

*Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado*

*Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspido
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!*

*Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.*

*Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês*

*Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.*

*Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!*

*- Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.*

*E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.*

*Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas*

*A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.*

Resumo

O mundo está cercado por organizações burocráticas, que vão desde a família até a universidade, passando pelas escolas e empresas. O princípio da divisão do trabalho está presente em quase todas as organizações, engendrando hierarquias, dominação do saber técnico-científico, alienação do trabalhador, e lucro para os capitalistas. Dentro de uma escola de negócios, este discurso é constantemente incorporado e reproduzido, nos diversos âmbitos da organização, seja em sua própria estrutura organizacional ou nas entidades estudantis. Deste modo, a busca pela construção de um contradiscurso é fundamental. É neste contexto que se insere o discurso da autogestão, tema deste estudo. O presente trabalho se propõe a compreender o surgimento e o desenvolvimento do discurso da autogestão, enquanto antítese do discurso da burocracia. A análise abordada enfatiza as relações de poder e dominação dentro das organizações autogestionárias. Assim, é utilizada, como metodologia, a Análise Crítica do Discurso (ACD). Busca-se compreender, com este procedimento metodológico, o discurso enquanto um fenômeno dialógico, polifônico e intertextual, e, ainda, as relações entre o discurso e a ideologia. Para que se alcance estes objetivos, é feita a análise de discursos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getulio Vargas (ITCP-FGV), entidade estudantil que tem como objetivo desenvolver cooperativas, a partir da construção de um discurso autogestionário. A partir das análises realizadas, é possível visualizar discursos que se reproduzem dentro da ITCP-FGV, desde a sua formação até os dias de hoje. O diálogo entre os discursos da administração de empresas e da administração pública se fez presente em todos os discursos analisados. Conclui-se, a partir desta constatação, que os discursos são fortemente influenciados pelo meio em que se inserem, dialogando com eles de maneira dialética. Nas falas dos primeiros integrantes da entidade estudantil, fase anterior à contratação de técnicos de incubação, o discurso da autogestão surge como um contradiscurso, em oposição ao discurso clássico da administração reproduzido pela EAESP-FGV. Durante a fase caracterizada pela hegemonia do grupo social composto pelo corpo técnico, a ITCP-FGV constrói um discurso que se opõe ao discurso da Rede de ITCP's, passando a incorporar discursos do “mundo dos negócios”, chegando, inclusive, a atuar em parceria com grandes empresas privadas. Com a saída dos técnicos, a ITCP-FGV volta a lutar pela construção de um contradiscurso dentro da EAESP-FGV e da sociedade burocrática em que se insere. No entanto, é possível notar, sobretudo no texto visual analisado da chamada do processo seletivo de 2015 da entidade e da fala de Graziela Larissa, a dificuldade de se construir um discurso afastado do meio. A incorporação de discursos da administração de empresas parece algo inevitável, que aparece de maneira naturalizada e despercebida. Assim, este estudo surge com o fim de fazer uma análise das relações de poder e dominação dentro das organizações autogestionárias, mas, ao final, focaliza sua análise nos desafios da construção do discurso da autogestão, em função do meio. No entanto, assim como o meio determina o discurso, o discurso determina o meio e, portanto, a construção de discursos que se propõem a contrapor o discurso da burocracia é fundamental para o engendramento de um meio autogestionário, que, por sua vez, irá determinar as práticas discursivas que nele se inserem. Por fim, é feito um relato a partir da experiência que este autor teve durante o tempo em que trabalhou na organização estudantil. A ideia é construir um discurso a partir de sua própria experiência, buscando compreender as relações de poder e dominação presentes na entidade. Reconhece-se, neste contexto, a importância de organizações como a ITCP-FGV. Dedico, portanto, este trabalho às organizações que acreditam e lutam por um mundo autogestionário.

Palavras-chave: Autogestão; Burocracia; Análise Crítica do Discurso (ACD); Organizações.

Sumário

1. Introdução.....	15
2. Justificativa.....	17
3. Metodologia.....	19
3.1 “Giro discursivo”	19
3.2 Teoria dos atos da fala	21
3.3 Linguística e discurso	24
3.4 Texto e discurso	26
3.5 Campo discursivo	26
3.6 Ideologia e discurso	27
3.7 Análise Crítica do Discurso (ACD).....	28
4. Autogestão: a antítese da burocracia	30
4.1 Burocracia	30
4.2 Trabalho e a divisão do trabalho.....	33
4.3 Princípio de cooperação e cooperativismo.....	35
4.4 Cooperativismo no Brasil e as ITCP’s	37
4.4.1 Lei nº 5.763, de 16 de dezembro de 1971	39
4.4.2 Conexão Local: o caso do Sicredi de Panambi (RS)	41
4.4.2 Cooperativismo: um significante vazio	43
4.5 Economia solidária	46

4.6 Autogestão e Heterogestão	49
5. As relações de poder e dominação	54
5.1 Ação social	54
5.2 Relação social e a vigência da ordem legítima.....	55
5.3 Poder e dominação	56
6. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getulio Vargas (ITCP-FGV).....	58
7. Análise Crítica do Discurso (ACD).....	60
7.1 Entrevistas.....	60
7.2 Análise da semiótica	72
7.2.1 ITCP com os técnicos.....	73
7.2.2 ITCP atual	74
8. A experiência na Incubadora	79
9. Conclusão	83
9.1 Análise.....	83
9.2 Limites da pesquisa	84
10. Referências bibliográficas	86

Índice de figuras

Figura 01: Imagem da página inicial da cooperativa de crédito Sicredi.....	44
Figura 02: Logo da Rede Universitária de ITCP's.....	46
Figura 03: Logo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	46
Figura 04: Logomarca da ITCP-FGV no período em que os técnicos ainda não haviam sido desligados.....	75
Figura 05: Representação do cartaz do processo seletivo da ITCP-FGV de 2015.....	76

1. Introdução

Este trabalho surgiu da experiência que o próprio autor vivenciou durante os dois primeiros anos de graduação em Administração Pública, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Esta experiência é marcada, principalmente, por duas organizações estudantis: o Cursinho FGV e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV).

O Cursinho FGV é uma entidade estudantil que tem como objetivo aumentar a diversidade do corpo discente da EASP-FGV e da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO SP), através de um curso preparatório para os devidos vestibulares destinado a estudantes com baixa renda. Durante o período em que este autor trabalhou no Cursinho FGV, foi possível compreender, a partir da experiência, as relações de poder e dominação que se fazem presentes nas organizações burocráticas.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV), por sua vez, é uma organização estudantil que tem como objetivo levar para a comunidade os conhecimentos adquiridos nas universidades, cujos princípios são: o diálogo, a horizontalidade, o empoderamento, e a cooperação¹. Foi neste período que este autor percebeu que as relações de poder e dominação, características das organizações burocráticas, também estão fortemente presentes nas organizações autogestionárias.

A partir destas experiências, portanto, engendrou-se o tema do presente trabalho que visa compreender como se dão as relações de poder e dominação existentes nas organizações autogestionárias, a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD). Optou-se pelo uso da ACD, neste projeto, pois trata-se uma ferramenta que focaliza as relações de poder e dominação na construção discursiva.

Para isso, será realizada, no início do trabalho, uma análise do discurso marxista sobre as relações de trabalho, à medida que, o discurso da autogestão se constrói em contraposição a esse. Neste contexto, será feita uma coletânea das principais referências e conceitos marxistas e pós-

¹ Esta informação foi retirada do site da própria ITCP-FGV. Ver em: <http://www.itcpfgv.com/#!sobre/c11ar>. Acessado em 29/07/2015.

marxistas acerca das relações sociais presentes no mundo do trabalho. As principais referências utilizadas foram Maurício Tragtenberg, Karl Marx, Harry Braverman, Stephen Marglin, Robert Kurz e Marcia de Paula Leite.

Num segundo momento, será analisada o discurso da autogestão sobre as relações de trabalho. Assim, será realizada, da mesma maneira que na primeira parte, uma coletânea das principais referências e conceitos sobre autogestão, indo desde o discurso anarquista com filósofos como Proudhon, até o discurso da Economia Solidária, com autores como o economista e cientista político Paul Singer e Genauto Carvalho França-Filho, passando por críticos da teoria das organizações como Fernando Claudio Prestes Motta.

Por fim, a partir de um estudo sobre a obra de Max Weber acerca da Teoria da Ação Social, desenvolvida pelo próprio autor, será feita uma análise dos tipos de poder e dominação que se fazem presentes nas organizações autogestionárias, rumo à conclusão deste projeto de pesquisa, visando a compreensão da forma autogestionária de se organizar como uma forma de poder. Para a conceituação de poder e dominação, são utilizadas duas referências: o próprio Max Weber e Fernando Claudio Prestes Motta. Neste momento, será realizada uma pesquisa sobre os discursos da ITCP-FGV, enquanto organização autogestionária.

A análise dos discursos da ITCP-FGV contempla duas formas textuais: entrevistas e imagens. As entrevistas analisadas foram concedidas, com exceção de Graziela Larissa, à Maria Paola Ometto, em sua pesquisa acerca dos tipos de racionalidade hegemônicos na ITCP-FGV. As imagens, por sua vez, foram retiradas da página da entidade estudantil no site do Facebook.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar a autogestão através dos estudos sobre a teoria da ACD, com o fim de compreender as relações de poder e dominação presentes nesta forma de organização. E, ainda, se o entorno influencia na construção discursiva das organizações. Deste modo, será possível estudar a autogestão a partir de uma visão crítica enquanto uma forma de poder e dominação.

2. Justificativa

Há, dentro do ambiente acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP - FGV), entidades estudantis – organizações formadas por alunos de Economia, Administração Pública, Administração de Empresas e Direito – que atuam em diversas áreas (jurídica, financeira, consultoria, pesquisa, educação, economia solidária, etc.). A estrutura e a cultura organizacional, entretanto, são extremamente similares, apesar dos diferentes princípios, missões e objetivos. A burocracia, nas instituições estudantis, prevalece em detrimento de outras formas de organização como, por exemplo, a sua antítese, a autogestão.

É possível observar, até mesmo em entidades cujo objetivo não visa, necessariamente, o lucro, como o Cursinho FGV, princípios da Escola de Administração Científica ou Escola Clássica. Ou seja, divisão do trabalho em áreas e departamentos (marketing, recursos humanos, financeiro), busca da eficiência, hierarquização das relações, especialização, e controle por meio de programas de *trainee*, por exemplo. Há um postulado fundamental, neste sentido, o “homo economicus”. Não há, porém, apesar de inseridas em uma escola de administração em que um dos princípios é a inovação, críticas, por parte dos próprios estudantes, aos fundadores da Escola Clássica: Taylor e Fayol.

Poucas são as organizações estudantis, como a ITCP-FGV, que, através da construção de seu discurso, se propõe a realizar críticas à burocracia, sob a perspectiva das relações de poder e dominação. Na Incubadora, os membros são, igualmente, proprietários dos meios de produção, de modo que a hierarquia formal construída, nas organizações burocráticas, a partir da técnica, não se faz presente. Além da ITCP-FGV, outras organizações estudantis buscam desconstruir o discurso burocrático por meio de novas formas de organização como, por exemplo, o grupo organizador da Jornada de Administração Pública (JAP) e o Coletivo Candaces.

Entretanto, ao tomar como exemplo o caso da ITCP-FGV, pode-se notar que, apesar de haver um discurso em que os pressupostos de horizontalidade e participação se fazem presentes, há relações de poder e dominação que não possuem, necessariamente, relação com a ideologia da técnica, como ocorre nas organizações burocráticas. Em alguns casos, a ideia de autogestão enquanto forma de organização se confunde com a ideia de organização sem estrutura. Este discurso,

entretanto, de acordo com Freeman (1970), é um instrumento que os fortes utilizam para mascarar ou velar uma relação hierárquica com os fracos.

O presente trabalho se insere neste contexto, visando, ao estudar as relações de poder e dominação no discurso da autogestão, realizar uma crítica a ambas as estruturas organizacionais, tanto a burocrática, quanto a autogestionária. E, a partir disso, rumar para novas formas de organização no âmbito do Estado que, de algum modo, garantam uma relação democrática e transparente na formulação de políticas públicas como, por exemplo, a gestão social. Esta nova forma de organização da máquina pública se coloca como uma alternativa ao discurso do “new public management”, que tem como principal objetivo desburocratizar o Estado, através de uma Reforma Gerencial.

3. Metodologia

3.1 “Giro discursivo”

A metodologia adotada neste trabalho é a Análise Crítica do Discurso (ACD). Utilizou-se como referencial teórico, para a compreensão deste método, o relatório “Análise Crítica do Discurso: Exploração Temática” (2006) do professor e pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV) Mário Aquino Alves. Vale ressaltar, no entanto, que três alunos tiveram participação fundamental no desenvolvimento desta pesquisa: Albert Felipe Mojzeszowicz, Caio Motta Luiz de Souza e Marcus Vinicius Peinado Gomes. Além deste texto, foi utilizado o livro “Manual da Análise do Discurso nas Ciências Sociais” (2004), de Lupicinio Iñiguez.

A ACD não pode ser considerada uma “metodologia – ou método – coesa e uniforme” (Alves, 2006, p. 3), entretanto, trata-se de um campo em ascensão, sobretudo nos estudos que abordam os aspectos ideológicos dentro das organizações. Esta ascensão do campo da análise do discurso se deu a partir do fenômeno chamado “giro discursivo”.

De acordo com Garcia (2004), o “giro discursivo” é o processo de mudança que ocorreu nas ciências humanas e sociais, durante o século XX, acerca da interpretação da linguagem. A partir deste “giro discursivo”, os cientistas sociais passaram a entender a linguagem como um processo social, que, posteriormente, abriu espaço para o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa nas ciências humanas como, por exemplo, a própria Análise Crítica do Discurso. Além disso, uma contribuição importante que este fenômeno trouxe para os estudos nas ciências sociais foi a reinterpretação do conceito de “realidade”, tanto cultural e social, quanto física ou natural. Mas, afinal, o que explica este “giro discursivo”?

Este “giro discursivo” se deu a partir de duas rupturas. A primeira ocorreu com Ferdinand de Saussure (1857-1913), que realizou diversos estudos acerca da língua considerada “por si mesma e em si mesma”. Dentre as contribuições deste autor suíço está o desenvolvimento de uma ciência responsável por estudar os signos na vida social – a semiologia. Além disso, Saussure trabalha sobre a dualidade entre a língua e a fala², de modo que, enquanto a primeira se refere a

² Mikhail Bakhtin (1979) entende que a língua constitui apenas uma parte da enunciação, sendo outra parte constituída por um elemento não-verbal, que faz referência ao contexto da enunciação. Neste contexto, a fala e a língua constituem uma relação dialética, à medida que, a fala só pode ser desenvolvida a partir da língua, e a língua, por

uma instituição social composta por um sistema de símbolos, a segunda se refere à escolha dos componentes linguísticos para expressar um determinado pensamento ou ideia.

A segunda ruptura que engendrou o “giro discursivo” foi iniciada pelos autores Gottlob Frege (1849 – 1925) e Bertrand Russel (1872 – 1970), que passaram a realizar uma mudança na abordagem da filosofia, deixando de estudar o “mundo interior e privado das entidades mentais” (Garcia, 2004, p. 21), para estudar “o mundo passível de ser objetivado e público das produções discursivas” (Garcia, 2004, p. 21).

De acordo com René Descartes (1596 – 1650), a linguagem é um elemento responsável pela exteriorização das ideias presentes na mente do ser humano, de modo que, o discurso reproduz as ideias, caracterizando-se como um instrumento utilizado para na comunicação social. A partir desta perspectiva, emergem diversos antagonismos na filosofia que tem como questionamento a relação entre as ideias e a realidade. O fenômeno do “giro linguístico”, neste contexto, representa uma inovação ao compreender a linguagem como uma expressão social própria, que levou à substituição do discurso mental pelo discurso público. O discurso público tem como elemento fundamental o enunciado, responsável pela “representação da realidade no corpo do conhecimento”. Além disso, atribui-se ao “giro linguístico” o mérito de considerar a relação entre as palavras e o mundo, e não entre as ideias e o mundo.

A importância do fenômeno do “giro discursivo”, de acordo com Iñiguez (2004), está na contraposição feita entre a linguagem cotidiana e a linguagem científica e formal. O “giro discursivo”, neste contexto, representou um giro nas ciências sociais e humanas, porque colocou em questão a capacidade da linguagem científica de explicar, expor, ou reproduzir a realidade. Ao fim, o “giro linguístico” deslegitimou “a operação da construção das linguagens formais como sendo a melhor maneira de relatar a realidade, atribuindo essa função à linguagem cotidiana”³ (Iñiguez, 2004, p. 56).

sua vez, só pode se desenvolver a partir da fala. (Berger; Luckmann, 1986). A partir disso, constitui-se um plano em que se articulam os processos ideológicos e linguísticos – o discurso.

³ De acordo com Berger e Luckmann (1985), a linguagem se constitui no processo de significação linguística, ou seja, no exercício de atribuir, a um conjunto de sinais vocais, significados, que são construídos na vida cotidiana, e passados de geração para geração. A linguagem, de acordo com Bourdieu (1989), não é neutra, operando como uma

A partir do livro “Tratado lógico-filosófico” (1921), engendrou-se um grupo de filósofos positivistas lógicos denominados “Círculo de Viena” que publicaram um manifesto programático, defendendo a tese de que os problemas pelas quais a filosofia encontra existem por conta do mau uso da linguagem, insuficientemente formalizada. Assim, este grupo de filósofos passaram a compreender dois tipos de enunciados: analíticos e sintéticos. Os enunciados analíticos são aqueles que não possuem relação com a realidade empírica, enquanto os enunciados sintéticos possuem. Só são válidos os enunciados empíricos, no entanto, quando analisados a partir de um “método científico”. Os neopositivistas lógicos, neste contexto, tiveram grande importância na ascensão da importância da linguagem, apesar do desmoronamento das premissas epistemológicas do empirismo lógico.

Os “filósofos de Oxford” tiveram papel fundamental no rompimento dos estudos linguísticos da tradição cartesiana, que compreende a linguagem como um instrumento utilizado pelas pessoas para expressarem suas ideias contidas em suas mentes. De acordo com a visão dos “filósofos de Oxford”, a “linguagem não só faz ‘pensamento’ como também faz ‘realidades’” (Garcia, 2004, p. 33). Ou seja, as enunciações produzem realidades que, de modo contrário, não existiriam como, por exemplo, o enunciado “sim, eu aceito” no ato nupcial é necessário para que o laço matrimonial seja construído. Portanto, conclui-se que a linguagem⁴ não é um mero instrumento da mente como entendia a visão “representacionista”, mas um instrumento ativo na construção social da realidade.

3.2 Teoria dos atos da fala

A teoria dos atos da fala distancia os estudos linguísticos de uma visão representacional da língua, de modo que, “a linguagem não é uma janela para saber o que ocorre na cabeça, e sim uma

forma de exercer poder e dominação, dependendo do poder material e simbólico que os agentes do campo social possuem.

⁴ Abordando a concepção agostiniana da linguagem, em que a linguagem denomina objetos por meio das palavras, podemos compreender a característica da linguagem instrumento ativo na construção social da realidade. Por exemplo, quando uma pessoa vai a um supermercado com uma lista de objetos como maçãs, esta pessoa compra uma maçã. Esta compra só é possível a partir da palavra que, ao ser dotada de uma significação, constrói uma determinada realidade. É a partir desta característica primitiva da linguagem que as crianças aprendem como são representados os objetos. O professor aponta um determinado objeto e pronuncia uma palavra que, posteriormente, será repetida pela criança, num processo chamado, pelo autor, de “ensino ostensivo das palavras”. (Wittgenstein, 1999).

ação em seu próprio direito” (Iñiguez, 2004, p. 58). Um exemplo citado por Iñiguez (2004) é o ato do batismo, que só acontece quando alguém diz “Eu te batizo”, não sendo suficiente, apenas, o derramamento da água na cabeça, ainda que feito pelo sacerdote. Esta enunciação é definida, por Austin (1962), como uma enunciação realizativa, ou seja, que quando colocadas em determinados contextos constroem a realidade, diferente das enunciações constatativas, que apenas descrevem o mundo.

Austin (1962) compreende as expressões realizativas em três tipos: atos locucionários, atos ilocucionários e atos perlocucionários. Os atos locucionários são aqueles que se realizam a partir da simples emissão do som das palavras. Os atos ilocucionários são aqueles atos que se realizam quando se diz alguma coisa, possuindo uma certa força ao fazer uma manifestação. Os atos perlocucionários, por fim, são aqueles que se realizam como consequências de determinadas expressões.

Grice (1975) e Levinson (1983), de acordo com Iñiguez (2004), fornecem uma perspectiva da Pragmática que se relaciona com o “giro linguístico” e a teoria dos atos da fala, abordados até então. De acordo com essa visão, a compreensão dos significados, a partir do processo de decodificação do sistema de sinais linguísticos, só é possível a partir da contextualização da comunicação. Por exemplo, a frase “volto em 5 minutos” não possui significado quando deslocada de seu contexto, fazendo surgir dúvidas como, por exemplo, quem vai voltar? Quantos minutos já se passaram? Voltar de onde? A partir desta abordagem teórica da Pragmática, Iñiguez (2004) discorre sobre duas questões: a díxis e as implicaturas.

Os díticos são “elementos da estrutura gramatical que relacionam a linguagem com o contexto” (Iñiguez, 2004, p. 65) e podem ser classificados em três tipos: pessoal, de lugar e de tempo. No entanto, foram acrescentados, ainda, a díxis do discurso⁵ e a díxis social. A díxis social faz referência às relações sociais nos papéis exercidos pelos agentes do discurso como, por exemplo, os pronomes de tratamento senhor, senhora, você, etc. O centro dítico, na díxis do discurso, é o lugar em que se encontra o falante, e na díxis social, é a posição social do falante.

⁵ Aqui entra a ideia de intertextualidade, em que há a incorporação de outros discursos em um determinado discurso. Um exemplo que pode ser retirado é a fala “de acordo com Iñiguez (2004) ...” em que o autor faz referência a partes de outro discurso.

O conceito de implicatura, por sua vez, é “uma inferência que os participantes em uma situação de comunicação fazem a partir de um enunciado ou de um conjunto de enunciados” (Iñiguez, 2004, p. 68). Neste sentido, Grice (1975), responsável por esta conceituação, diferencia aquilo que se diz e aquilo que se comunica, sendo que, enquanto o que se diz depende das palavras, o que se comunica é toda informação contida na enunciação que depende das normas da comunicação e no contexto do discurso. Há, neste sentido, dois tipos de implicaturas: conversacional e não convencional. A implicatura conversacional é aquela cujo significado está associado às palavras, apenas, enquanto a implicatura não convencional⁶ é aquela cujo significado está associado a um contexto que transcende o significado convencional das palavras pronunciadas. O acesso a este contexto privilegiado é, de acordo com Grice (1975), o “Princípio da cooperação”.

É na etnometodologia que o cotidiano adquire relevância, através dos estudos sobre as atividades e interações das pessoas em seus contextos imediatos, ou seja, situações cotidianas. A partir disso, esta vertente da sociologia é chamada de “Sociologias da situação” (Díaz, 2001). O termo etnometodologia, portanto, é utilizado para se referir “à investigação das propriedades racionais de expressões indexadas e outras ações práticas como realizações permanentes contínuas de práticas engenhosas organizadas da vida cotidiana” (Garfinkel, 1967, p. 11). O elemento fundamental que possibilita esta investigação é a reflexividade, permitindo a localização e a decifração destas ações.

Dada esta contextualização sobre a análise do discurso, faz-se fundamental entender o que é a análise do discurso, uma metodologia ou uma disciplina. A partir da conceituação de Maingueneau (2000) e Phillips e Hardy (2002), Alves (2006) chega ao seguinte entendimento sobre a ACD:

(...) a análise do discurso explora como os textos são feitos carregando significados através dos processos sociais e também como eles contribuem para a constituição da realidade social fazendo significados (...) A Análise do Discurso (...) tenta explorar como as ideias e objetos socialmente produzidos que existem no mundo foram criados e como eles se mantêm ao longo do tempo. (Alves, 2006, p. 7).

⁶ Aqui, é possível identificar no conceito de implicatura não convencional a importância do não-dito dentro da construção discursiva, que é abordada por Oswald Ducrot (1987). Este autor, dentro dos estudos sobre o não-dito, apontou dois fenômenos discursivos: o pressuposto e o subentendido. Além disso, ainda há o desenvolvimento do silêncio, por Orlandi (1993). (Alves, 2006).

O discurso possui, de acordo com Alves e Blikstein (2006), três conceituações. Na primeira, o conceito de discurso aparece como sinônimo de fala, ou seja, como o ato de pôr a linguagem em ação. Na segunda, o discurso surge como sinônimo de enunciado, isto é, uma sequência de falas dotadas de sentido, através de uma estrutura com início, meio e fim. Na terceira, por fim, o conceito de discurso surge, com base na linguística moderna, como uma combinação de elementos e estruturas linguísticas com sentidos.

Um dos objetivos específicos da pesquisa em questão é compreender a relação entre a linguagem e a ideologia, fundamental para que se realize a análise crítica dos discursos que serão abordados, posteriormente. Para isso, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos como, por exemplo, o conceito de linguagem e o conceito de ideologia, e, ainda, as relações existentes entre estes e o conceito de discurso, já analisado.

3.3 Linguística e discurso

De acordo com Alves (2006), a linguagem é caracterizada por um sistema de objetivações, fruto de um processo de significação linguística. Isto é, trata-se de um fenômeno responsável pela transmissão de significados que não estão expressos na subjetividade instantânea. Sua origem se insere na vida cotidiana, ou seja, nas ações que uma pessoa realiza e compartilha com outras, dentro deste espaço.

No entanto, a linguagem também pode transcender esta realidade. Berger e Luckmann (1985) ressaltam que a linguagem é capaz de criar e trazer para a realidade da vida cotidiana um grande conjunto de representação simbólica de mundos distintos, de modo que, a linguagem e os símbolos tornam-se parte fundamental na construção social da realidade cotidiana.

A linguagem opera, de acordo com Bourdieu (1989), como um sistema de símbolos que se caracteriza como uma forma de poder, e, portanto, como um sistema de dominação. Isto se dá através da construção de campos semânticos organizados pelo vocabulário, pela gramática e pela sintaxe. Por exemplo, a utilização do artigo masculino ou feminino, em muitos casos, constrói relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, reafirmando uma cultura patriarcal na sociedade.

Neste contexto, é necessário distinguir dois conceitos: língua e fala, ou enunciado. A língua é um conjunto de ideias e valores e um sistema social, à medida que surge da necessidade humana de comunicação. A fala, por sua vez, é o ato de selecionar e combinar elementos da língua, com o fim de expressar seu ponto de vista, ou seu próprio pensamento. Deste modo, a linguística deve ter como objeto de estudo não só a linguagem, mas também a fala. Já que esta relação dialética faz-se fundamental para o entendimento da construção social da realidade, sendo que estas relações linguísticas apresentadas se apresentam no plano do discurso.

No presente trabalho, no entanto, a língua será tratada como um “fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* e das *enunciações*” (Alves, 2006, p. 14, apud, Bakhtin, 1979, p. 109). A partir do entendimento de que a língua não pode ser compreendida de forma monológica, mas sim dialógica, que Bakhtin (1979) elabora sua teoria da polifonia. Os textos polifônicos são aqueles em que “cada ‘máscara’ corresponde a uma voz e todas as vozes ‘falam’ ao mesmo tempo, sem que haja preponderância de uma das vozes” (Alves, 2006, p. 15). Nos textos monológicos, por sua vez, há apenas uma voz falando, ainda que várias consciências estejam presentes.

Os discursos, caracterizados pela dialogização, possuem duas orientações: a primeira se dá pela construção intertextual com outros discursos interiorizados no próprio discurso, assumindo caráter complementar e, às vezes, até contraditório; e a segunda que é voltada para o interlocutor, que inicia um diálogo com o discurso do emissor, sendo capaz, inclusive, de construir um “contradiscurso”.

Outro autor importante para o entendimento da polifonia é Ducrot (1987). Sua tese abriga duas ideias centrais: “a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem; e a necessidade de se distinguir entre esses sujeitos pelo menos dois tipos de personagens: locutores e enunciadore” (Alves, 2006, p. 17). Com base neste autor, faz-se necessário realizar duas distinções: entre locutor e falante, e entre enunciador e os dois anteriores. Na primeira, o locutor é realiza o ato de dizer, mas não existe, sendo uma ficção linguística, enquanto o falante é a fonte do discurso. Na segunda distinção, os enunciadore são “os seres que se expressam através da enunciação, sem que, no entanto, lhes sejam atribuídas palavras precisas” (Ducrot, 1987, p. 204).

3.4 Texto e discurso

Neste estudo, o discurso será entendido como texto. Já que, os sentidos de um discurso se situam em sua externalidade, ou seja, em um espaço situado fora dele: o texto. Portanto, cabe-nos tratar o conceito de intertextualidade e não o conceito de interdiscursividade, já que, ambos são, nesta análise, sinônimos. Entretanto, há muitos outros linguistas que diferenciam estes dois conceitos. Neste contexto, intertextualidade é “o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Há de haver três processos de intertextualidade: a citação, a alusão e a estilização.” (Alves, 2006, p. 18 e 19, apud Fiorin, 1994, p.30).

Ainda na tentativa de compreender a construção dos significados presentes em um discurso, ou em um texto, alguns autores buscaram estudar aquilo que, de alguma forma, não é verbalizado, escrito ou dito, isto é, o não dito, ou em algumas análises, o silêncio. A partir disso, será utilizada, aqui, os trabalhos de dois autores: Oswald Ducrot (1987) e Orlandi (1993).

Ducrot (1987) contribui para este campo do estudo sobre análise do discurso ao diferencia pressuposto e subentendido. Quando alguém diz “Fulana parou de tomar o sorvete”, existe um pressuposto não-dito de que Fulana estava tomando sorvete. Caso contrário, a mesma não poderia parar de tomar o sorvete. O que fez Fulana parar de tomar o sorvete, por sua vez, é o subentendido não-dito, já que o motivo que a fez parar de tomar o sorvete depende do contexto.

Orlandi (1993), por sua vez, busca um outro caminho, em que o não-dito é trabalhado a partir da perspectiva do silêncio. Para o autor o silêncio “também pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (Alves, 2006, p. 20). Há, no entanto, a prática do silenciamento que se subdivide em silêncio constitutivo e silêncio local. O primeiro aparece quando é utilizada uma palavra em detrimento de outra, enquanto o segundo se caracteriza pela censura.

3.5 Campo discursivo

Para se compreender a ideia de campo discursivo, faz-se necessária, antes, a compreensão do conceito de formação discursiva. Trata-se, de acordo com Foucault (1972), de um agrupamento

de enunciados relacionados a um sistema de regras, determinado historicamente. Este conceito foi abordado pelo autor, que o associou, diretamente, ao conceito de formações ideológicas. As formações discursivas, quando coexistentes em um mesmo campo, caracterizam o universo discursivo. A partir disso, chega-se a seguinte definição de campo discursivo:

O “campo discursivo” é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. O recorte de tais campos deve decorrer de hipóteses explícitas e não de uma partição espontânea do universo discursivo. (Alves, 2006, p. 22, apud Maingueneau, 1993, pp. 116-7).

Dentro do campo discursivo, há espaços discursivos, em que duas formações discursivas prevalecem. Este recorte é feito pelos pesquisadores, pois uma formação discursiva pode se relacionar de modo diferente com outras formações discursivas presentes no mesmo campo discursivo. Isto ocorre já que os discursos não são isolados, e, portanto, dialogam com outros discursos. Esta relação intertextual entre diferentes formações discursivas é fundamental na constituição de sentidos.

3.6 Ideologia e discurso

Com foi visto neste trabalho, o discurso não possui caráter monológico e, portanto, possui um conjunto de sentidos que podem se complementar ou se contradizer, o que o torna enigmático. A manipulação dos sentidos é a forma, de acordo com Lopes (1978), mais eficaz de estabelecer uma relação de poder e dominação. Logo, os discursos, ao incorporar sentidos diversos, também incorpora interesses e, por conta disso, faz-se necessário analisar a relação entre o discurso e a ideologia. No entanto, para isso, exige-se deste estudo responder à seguinte pergunta: “o que é ideologia?”.

A ideologia possui relação direta com a prática, sendo ela uma construção que tem como base as práticas sociais, isto é, as próprias instituições. Por conta disso, não há ideologias verdadeiras ou falsas, visto que, estas exprimem um conjunto de práticas sociais diversas. As ideologias se fundamentam em crenças sociais comuns a grupos sociais e, portanto, expressam interesses de organizações que disputam entre si espaços na organização política das mesmas. A ideologia é, portanto, “um conjunto de significados que expressam a prática de um determinado grupo social

em um campo social, significados esses relacionados a um interesse concreto de poder” (Alves, 2006, p. 31).

A relação entre a ideologia e o discurso aparece, de maneira clara, quando se define a expressão “formação ideológica”. Trata-se de um conjunto de representações de práticas sociais de um determinado grupo social que expressa sua visão acerca do mundo. Como não há ideia fora da linguagem, a formação ideológica não existe fora da linguagem. Partindo da conotação de que o discurso é a linguagem posta em ação (Dubois, 1995), pode-se afirmar que cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva. “Portanto, os discursos são responsáveis pela construção linguística dos traços ideológicos que moldam os ‘filtros’ através dos quais ‘enxerga-se’ a realidade” (Alves, 2006, p. 32).

3.7 Análise Crítica do Discurso (ACD)

Para a análise crítica do discurso, o conceito de discurso se aproxima do giro pragmatista, que implicou em uma nova visão acerca da linguagem, caracterizando-a como uma instituição social capaz de construir a realidade social, e não como um mero instrumento cuja função é expressar aquilo que habita o mundo interior às pessoas. Assim, esta vertente da análise do discurso compreende o discurso como parte integrante da vida social, sendo indispensável na construção, por exemplo, de laços matrimoniais, batismos ou julgamentos. A partir desta conceituação do discurso, a abordagem adotada pela análise crítica do discurso está relacionada à capacidade dos discursos de constituir os objetos a que se refere, e não designar, apenas, como propunha a abordagem agostiniana.

O que distingue esta vertente da análise do discurso de outras vertentes abordadas é a preocupação em construir uma consciência crítica no falante, com o fim de interpretar o discurso como uma prática de dominação e de exclusão social. A corrente da análise crítica do discurso adota uma abordagem tridimensional do discurso: as condições de produção e interpretação (prática social), o processo de produção e interpretação (prática discursiva), e o texto (prática textual).

No âmbito textual, a análise crítica do discurso busca compreender as formas como o discurso é tecido e como ele adquire sua textura, de maneira que o agente não só produz o texto, mas se posiciona diante do mesmo. Por exemplo, ““é verdade que o Iraque tem armas de destruição em

massa' em vez de 'poderia ser verdade que o Iraque tem armas de destruição em massa'" (Rojo, 2004, p. 213). No âmbito discursivo, o discurso, ao se constituir em um determinado tempo e espaço, também modifica o seu contexto social de origem, à medida que, é um constituinte da realidade social. Por exemplo, em uma consulta médica, a assimetria de poder entre o médico e o paciente pode variar, dependendo da intensidade que o servidor utiliza de seus recursos linguísticos técnicos. No âmbito social, por fim, o discurso e as estruturas e relações sociais assumem uma relação dialética, de maneira que, trata-se de uma prática social que culmina em uma dimensão reprodutiva e outra constitutiva sobre os efeitos sociais.

A parte desta característica tridimensional da análise crítica do discurso, esta vertente da análise do discurso se propõe a analisar a construção do discurso e seu papel na legitimação de uma determinada ideologia, em determinada ordem social, a partir dos instrumentos linguísticos e comunicativos localizados em determinado tempo e espaço. Por exemplo, há estudos sobre a análise crítica do discurso, cujo objetivo é compreender como se constituem o machismo, a partir de enunciações como "o papel da mulher é na cozinha". Há, com base nestas características, duas áreas de investigações: uma delas é foca em estudar as representações sociais, enquanto a outra busca compreender a ordem social do discurso.

Neste trabalho, será utilizada a abordagem da ordem social do discurso, já que, a presente pesquisa se propõe a estudar o poder que os diferentes discursos presentes, historicamente, na ITCP-FGV, se constituíram a partir de uma gama de interesses de diferentes grupos sociais que compuseram a organização. A regulação sobre a produção, recepção e circulação dos discursos articula-se sobre dois eixos: o primeiro ocorre quando um determinado grupo social dominante é capaz de impor sobre o grupo determinados idiomas e recursos linguísticos, restringindo o acesso a outras pessoas que não detém estes idiomas e recursos linguísticos; o segundo, por sua vez, ocorre quando a circulação, autorização e legitimação de determinados discursos são controlados pelo grupo social dominante, de modo que, os discursos distantes dos discursos hegemônicos são silenciados.

4. Autogestão: a antítese da burocracia

4.1 Burocracia

Por se tratar de uma análise crítica à burocracia, faz-se necessário compreender, primeiramente, o conceito de burocracia utilizado nas bibliografias presentes neste trabalho. Com base na visão hegeliana, a burocracia é um fenômeno responsável pela mediação dos interesses corporativos, presentes na sociedade civil. No Estado, a burocracia se concretiza de maneira completa, à medida que, o Estado é o instrumento pelo qual os interesses particulares buscam espaço para atingir seus objetivos próprios. Portanto, burocracia é “(...) onde o Estado aparece como organização acabada, considerado em si e por si, que se realiza pela união íntima do universal e do individual.” (Hegel, 1940, p. 190 e 191, apud Tragtenberg, 1985, p. 22, Grifo Próprio).

Para Hegel, a burocracia se desenvolve, plenamente, no Estado. De acordo com o autor, a burocracia estatal é o conjunto, a união, dos interesses corporativos, ou seja, das burocracias da sociedade civil. Isto é, na sociedade civil, há diversos grupos de interesses particulares, organizados em sindicatos, por exemplo, que ocupam a esfera estatal, com o fim de fazer prevalecer seus interesses próprios. No entanto, os interesses gerais, representados, à priori, pelo Estado, e os interesses privados, representados pelas corporações, conflitam entre si. Dessa maneira, a burocracia estatal se torna uma corporação, à medida que, caracteriza-se como um grupo de pessoas de classe média, que possuem interesses próprios. A partir do momento em que a burocracia estatal engendra uma ideologia, baseada no surgimento de símbolos e hierarquias, os interesses desta e do Estado se tornam os mesmos.

Esta divergência entre o interesse geral e o interesse corporativo pode ser observado na União Soviética, em que a burocracia estatal estabelecia o valor da mercadoria, única e exclusivamente, a partir do tempo de trabalho utilizado na sua produção. Este cálculo se tornou negativo para a população, à medida que, houve um estímulo inverso à produtividade, ocasionando na estagnação da economia do país. Além disso, a burocracia estatal se preocupava, demasiadamente, em obras de grande infraestrutura, de modo que, as necessidades básicas do povo ficavam em segundo plano. Outro exemplo que pode ser destacado é o primeiro governo Dilma. Enquanto o

presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, tinha o objetivo de se aproximar mais do interesse geral da população, a presidente Dilma Rousseff focou seu governo no cumprimento dos interesses burocráticos do Estado.

A burocracia, de acordo com o autor, enquanto meio de poder e dominação, é uma forma de modo de produção asiático. O modo de produção asiático surge, nas sociedades asiáticas quando há um excedente de produção, seguida de uma necessidade, cada vez maior, de divisão do trabalho. Assim, uma pequena minoria de pessoas passa a controlar as terras dos pequenos camponeses, com o objetivo de organizar a sociedade e a produção de bens e obras públicas. A base do modo de produção asiático se encontra na exploração da mão-de-obra da população, responsável por compensar o baixo desenvolvimento tecnológico. Um exemplo deste processo que engendrou o modo de produção asiático se encontra no governo de Yu, na China. Yu foi responsável pela introdução de uma forte burocracia no país, com o objetivo de controlar e regularizar as águas de diversos rios chineses.

Um importante aspecto responsável pelo completo desenvolvimento da burocracia na China foi uma filosofia prática burocrática, o confucionismo. De acordo com esta filosofia, havia um enorme incentivo a práticas consumistas, fundamentais para a alta tributação estatal. Além disso, o confucionismo valorizava a manutenção da cultura chinesa, por meio de rituais e o respeito aos ancestrais, evitando, deste modo, práticas inovadoras que pudessem ser prejudiciais à burocracia estatal chinesa. Por fim, a religião católica desempenhou um papel importante, já que cultivavam a obediência e a hierarquia.

Na civilização chinesa, o modo de produção asiático era caracterizado por uma burocracia letrada. Ou seja, as pessoas que tinham domínio do mandarim eram responsáveis por administrar as grandes obras públicas, educar as crianças, exercer atividades políticas importantes, tornando-se grandes “managers” generalistas. Havia, ainda, uma estrutura comunal de aldeias. Isto é, o regime agrário era comunitário, sendo propriedade do senhor e do trabalhador. Algumas terras, entretanto, eram alugadas para famílias camponesas. Os comerciantes, neste período, não eram valorizados, sendo úteis para a burocracia estatal apenas pela alta quantidade de tributos pagos. O Estado limitava a quantidade de terras para cada família ou pessoa, já que, o excesso de riquezas por parte de pequenos grupos significava o enfraquecimento da burocracia estatal. Por fim, o modo

de produção asiático na civilização chinesa era caracterizado pelo despotismo oriental. Apesar das lutas entre as dinastias, este processo só foi abalado com a Revolução Chinesa de 1911.

Na URSS, houve um domínio, por parte da burocracia, enquanto poder político, sobre o regime de capitalismo de Estado. Havia, no sistema, uma combinação da economia dirigida estatal com a iniciativa individual no plano econômico. Já que, os administradores das empresas tinham que atuar com o fim de fazer prevalecer os objetivos da burocracia estatal. O controle feito por parte desta baseava-se em bonificações, responsáveis pela má alocação dos recursos. Já que, o Estado calculava a bonificação a partir de objetivos quantitativos, de modo que, as empresas melhor bonificadas eram aquelas que melhor dissimulava sua capacidade produtiva, estocando bens sem utilização. Este fenômeno também estava presente em outros países como Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia. Trata-se, de acordo com o autor, do “coletivismo burocrático aliado ao alto nível de tecnificação com o monopólio do poder pelo partido único” (Tragtenberg, p. 43, 1985). Deste modo, confirmam-se as ideias de Hegel, já que, como visto nas sociedades orientais, a burocracia atinge seu pleno desenvolvimento em nível estatal. A partir disso, “O Estado como burocracia acabada gera a sociedade civil, o regresso de Marx a Hegel” (Tragtenberg, p.44, 1985).

Aristóteles descreve o despotismo asiático como “(...) a segunda espécie de reinado que encontramos em alguns povos bárbaros e que, em geral, têm mais ou menos iguais poderes que a tirania (...)” (Aristóteles, p. 1470, 1967. Apud. Tragtenberg, p. 45, 1985). Para o autor, a diferença entre o despotismo asiático e a tirania ocidental está no fato de que, no primeiro caso, há uma tendência natural dos cidadãos à servidão, de modo que estes formam uma guarda com o fim de proteger o rei. No segundo caso, entretanto, o governo se estabelece contra a vontade dos cidadãos, caracterizando-se como um regime baseado na força. O despotismo asiático se baseia na tradição ou na lei, mas, apesar disso, “(...) o poder é exercido de forma tirânica e arbitrária (...)” (Tragtenberg, p.46, 1985). Para Maquiavel, o fenômeno do despotismo oriental não se explica na tendência natural, como coloca Aristóteles, mas sim na “(...) análise da existência de uma classe social dominante que aceita ou rejeita certas formas tirânicas (...)” (Tragtenberg, p.46, 1985). Hobbes, por sua vez estuda duas formas de Estado: (1) por instituição => monarquia, aristocracia e democracia; (2) por aquisição => paternal ou por herança, despótico ou por conquista. Montesquieu, por fim, entende o fenômeno como uma estrutura monocrática. Para o autor, a base do despotismo oriental não se encontra em uma tendência natural à servidão, mas sim na “razão climática”.

Como já foi mencionado acima, o presente trabalho possui, como objetivo, analisar a burocracia, através da perspectiva das relações de poder e dominação. Deste modo, o estudo da burocracia, enquanto ideologia, faz-se necessário. “A burocracia se torna uma ideologia quando se dá a divisão dos funcionários como portadores de símbolos, uniformes e signos do que do saber real, técnico e utilitário: hierarquia autoritária.” (Tragtenberg, 1985, p. 24). Tragtenberg (1985), em sua análise, se atenta ao fato de que a burocracia é, enquanto meio de poder e dominação, uma forma de modo de produção asiático.

Neste trabalho, não foi dada ênfase no discurso do modo de produção asiático, entretanto, este modelo de produção apresenta características e conceitos que, mais tarde, serão analisados com maior profundidade, como, por exemplo, o conceito de divisão do trabalho. Já que, a divisão do trabalho se intensifica com a Revolução Industrial, tornando-se a grande forma de poder e dominação nas organizações burocráticas pós-Revolução Industrial.

4.2 Trabalho e a divisão do trabalho

Antes de analisar o conceito de divisão do trabalho, faz-se necessário analisar o conceito de trabalho. Para tal, utilizou-se, como referencial teórico, os estudos do economista marxista Braverman (2014). De acordo com o autor, “o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais⁷ para melhorar sua utilidade” (Braverman, 2014, p. 49). Braverman (2014), em sua definição de trabalho, faz uma importante distinção entre o trabalho humano e o trabalho animal: “Ele (o trabalhador) não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, O Capital, Vol. I, p. 174, apud Braverman, 2014, p. 49-50).

O princípio que caracteriza o modo de produção capitalista e a sua organização burocrática é a divisão do trabalho na manufatura. A análise deste conceito é realizada, no presente estudo, a partir de uma diferenciação com relação ao conceito de divisão social do trabalho. A divisão manufatureira do trabalho emerge do fracionamento dos elementos que constituem o trabalho da produção. A divisão do trabalho na sociedade, por sua vez, “é aparentemente inerente característica

⁷ Os materiais a que o autor se refere são os materiais da natureza, tais como umidade, minerais e luz do sol.

do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela” (Braverman, 2014, p. 71 e 72).

Sobre esta diferenciação entre os conceitos apresentados, Braverman (2014) faz uma importante análise acerca dos impactos sobre trabalhadores:

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a *sociedade*, a divisão parcelada do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade.” (Braverman, 2014, p. 72, Grifo Próprio).

Esta organização industrial, caracterizada pela divisão manufatureira do trabalho, engendra uma relação hierárquica entre os donos dos meios de produção e os operários. Utilizando como referencial teórico o economista Marglin (1978), é realizado um importante estudo sobre a construção social da hierarquia nas organizações burocráticas, atribuindo à construção da hierarquia e da divisão do trabalho na manufatura justificativas políticas, e não técnicas, como alguns autores como Smith (1937) se propuseram a fazer.

Para demonstrar a hipótese de que a construção da hierarquia se dá socialmente, e não tecnicamente, Marglin (1978) analisa duas medidas adotadas pelos donos dos meios de produção na grande indústria: (a) parcelamento do trabalho, caracterizando o *putting-out system*, e (b) a organização centralizada, caracterizando o *factory system*. O *putting-out system* fora, para o autor, utilizado, pelos capitalistas, para monopolizar o controle sobre o produto. O *factory system*, entretanto, fora construído com o objetivo de retirar a liberdade do operário de escolher as horas e a intensidade do trabalho.

Para a compreensão do *factory system*, faz-se necessária a compreensão do conceito de cooperação presente no livro “O Capital” de Karl Marx (1983). Cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (Marx, 1983, p.374). A reunião de numerosos trabalhadores em um mesmo local de trabalho engendrou espaço para as origens da gerência científica, abordada por Braverman (2014).

4.3 Princípio de cooperação e cooperativismo

Vale ressaltar que o tipo de cooperação adotado nas análises de Marx (1983) não era o único tipo de cooperação existente, mas sim um tipo específico que se manteve predominante a partir da Revolução Industrial. Motta (1980) faz uma tipificação do conceito de cooperação, demonstrando outros dois tipos: simples e manufatureira, sendo que a primeira é base para o modo de produção asiático, e a segunda é constituída na apropriação da mais-valia.

Com o início da cooperação industrial, marcando o início do capitalismo industrial, os processos de trabalho não sofrem alterações com relação à produção feudal e artesanal das guildas, de modo que, os trabalhadores continuaram a ser proprietários dos processos de trabalho. Com o tempo, entretanto, começaram a surgir problemas de gerência, que foram solucionados, pelos capitalistas, através da criação de funções gerenciais.

O princípio fundamental da gerência é o controle. De acordo com Leffingwell, “a gerência eficaz implica controle. Em certo sentido os termos são intercambiáveis, visto que gerência sem controle não é concebível” (Leffingwell, 1925, p. 35). Lyndall Urwick afirma que “agora o proprietário ou gerente de uma fábrica [...] tinha de obter ou exigir de seus ‘empregados’ um nível de obediência e de cooperação que lhe permitisse exercer controle” (Urwick, 1946, p.10-11). Esta nova situação se deu em função das novas relações sociais que passaram a caracterizar o processo produtivo e a ambiguidade de interesses entre aqueles que controlam e aqueles que executam.

Com o surgimento da organização fabril e do modo de produção capitalista, começaram a surgir movimentos contrários às novas relações sociais criadas no mundo do trabalho, tais como o movimento cooperativista, que visava colocar em prática as ideias desenvolvidas por Robert Owen⁸, e os movimentos sindicalistas, associados pela revogação da Combination Acts, em 1824⁹. O movimento cooperativista, em particular, é importante para o desenvolvimento do presente trabalho, na medida que, o seu engendramento caracteriza o surgimento do movimento de economia so

⁸ Robert Owen era o proprietário de um grande complexo têxtil em New Lanark, que começou a propor leis em favor do proletariado.

⁹ Esta legislação tinha como objetivo impedir a organização paralela de trabalhadores e a perseguição de líderes sindicalistas.

lidária, que servirá de base para a análise do discurso da autogestão.

As aldeias cooperativas – organizações que seguiam os ideais do movimento cooperativista – eram diferentes dos falanstérios. Este tipo de organização não era coletivista, na medida em que preservava a propriedade privada e a liberdade individual de mudar o trabalho. O objetivo era criar uma organização social em que as pessoas pudessem escolher seus trabalhos sem se importarem com as remunerações. Fourier ainda propunha que os rendimentos das ações deveriam ser proporcionais ao tamanho dos acionistas, de maneira que os menores adquirissem rendimento maior que os maiores; e que haveria uma renda mínima para que todos trabalhassem por amor, e não por motivações meramente financeiras. Assim, a ideia é que se alcance a liberdade humana na paixão pelo trabalho.

As cooperativas se sustentam em quatro valores principais: economia participativa; governança democrática; ideais normativos; e emancipação. Entretanto, as cooperativas sofrem com três grandes desafios.

O primeiro desafio é a necessidade de suporte na fundação e no desenvolvimento das cooperativas. Casos como Mondragón e John Lewis revelaram que os cooperados da organização acabavam por desempenhar um papel de pequenos empresários que atuavam isolada e fragilmente. Dessa maneira, havia uma grande dificuldade de engendrar uma sustentabilidade na organização.

O segundo desafio está ancorado nos conflitos entre os membros relacionados às divergências de opiniões no que tange o objetivo fim da cooperativa. Ou seja, se a prioridade é a questão social ou econômica. Por exemplo, em Mondragón, houve um declínio dos valores sociais, em função da pressão do mercado e da burocratização da organização.

O terceiro está relacionado às condições que dificultam a difusão do modo de organização das cooperativas. A necessidade de os trabalhadores criarem vínculos próximos com o fim de exercitarem os princípios de solidariedade e cooperação pode dificultar a disseminação deste tipo de organização e o alcance do cooperado ideal. Quando há uma expansão destes princípios pela comunidade local, os cooperados podem perder o comprometimento com a solidariedade e cooperação, que visam a autonomia e solidariedade.

4.4 Cooperativismo no Brasil e as ITCP's

Após esta pequena contextualização histórica do surgimento do movimento cooperativista, é realizada uma análise sobre o movimento cooperativista no Brasil e suas ramificações, com o objetivo de entender o movimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), objetos de estudo da pesquisa em questão. Para tal, utiliza-se, como referencial teórico, Oliveira (2010), professor da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ).

Inicialmente, a ideia era estudar as relações de poder e dominação nas seguintes organizações: Cooperacs, Cooper Viva Bem e Cooperativa Bom Sucesso¹⁰. Entretanto, houve uma alteração em que as cooperativas citadas foram substituídas pela ITCP da Fundação Getulio Vargas. Já que, há um extenso material de pesquisa criado por professores e pesquisadores da mesma universidade. Além disso, a escolha da ITCP-FGV foi influenciada pelo fato de que o presente autor atuou como membro da mesma organização nos anos de 2013 e 2014.

O movimento chega ao Brasil na década de 80 do século XIX como uma nova forma de organização dos trabalhadores, em um contexto de abolição da escravatura, onde houve uma desorganização das relações entre patrão e empregado. A primeira cooperativa baseada no movimento cooperativista inglês foi criada em 1902, no Rio Grande do Sul, a Cooperativa Internacional da Lapa que se tornaria a Companhia Ferroviária Santos-Jundiaí.

Em função das relações do movimento cooperativista com o Estado, houve uma ramificação em dois movimentos¹¹. Enquanto o primeiro lutava pelo distanciamento do Estado como órgão regulador e controlador do cooperativismo nacional, o segundo lutava pela reestruturação do sistema OCB¹², na medida em que este se autodefinia como sendo uma organização de representantes patronais.

O conjunto de cooperativas que não se encaixavam no sistema OCB deu origem ao chamado cooperativismo popular. Singer (2002) descreve as cooperativas populares como obra do movi

¹⁰ Estas organizações são cooperativas de catadores de lixo e foram incubadas por três ITCP's: ITCP-FGV, ITCP-USP e ITCP-UNICAMP, respectivamente.

¹¹ Esta ramificação no movimento cooperativista será melhor explicada à frente.

¹² A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) havia sido instituída como a representante do sistema cooperativista brasileiro, a partir da Lei 5.764 de 16/12/71. Na mesma Lei, o Estado mantém o controle sobre o mesmo sistema, através das ações do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), entretanto.

mento sindical e da classe trabalhadora, que lutam pelo desenvolvimento de novas formas de organização econômica e social, e que priorizam ações que podem sinalizar alternativas aos mecanismos excludentes do mercado autorregulável. Para chegar na análise das ITCP's, é necessário fazer, antes, uma descrição mais profunda sobre o surgimento do cooperativismo popular.

O movimento de cooperativas populares surgiu no Brasil com a constituição do Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), em 1993, resultante do Movimento Pela Ética na Política e no âmbito da Ação da Cidadania, idealizado por Herbert de Souza, o Betinho. Este Comitê incentivou o surgimento de várias organizações coletivas de trabalhadores brasileiros, como por exemplo, as cooperativas populares. Em 1995, surge a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo era dar apoio à gestão das cooperativas populares. A partir disso, surgiram programas de apoio a tais iniciativas, como por exemplo, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

Em 1999, a Rede de ITCP's foi criada e, juntamente com a Fundação Unitrabalho, engendrou-se a Rede de ITCP's e Economia Solidária. Este programa possibilitou a disseminação de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. Entretanto, foi com a situação precária e de desemprego de trabalhadores que houve um processo de impulsão de cooperativas populares como meio de gerar ocupação e renda. Assim, este tipo de organização tem como objetivo, não só a sustentabilidade econômica, mas reforçar as lutas populares contra o atual estágio do capitalismo e, portanto, caracterizam-se como um tipo de atividade econômica que busca a inserção social e política.

Para o melhor entendimento do motivo da escolha das ITCP's como objeto de estudo desta pesquisa, vale a pena analisar com maiores detalhes este tipo de organização. Em primeiro lugar, entende-se que as ITCP's são organizações autogestionárias. Em segundo lugar, entende-se que, nestas organizações, há relações de poder e dominação. Para isto, realiza-se um estudo acerca do conceito de autogestão, abordado por Singer (2002) e, posteriormente, uma análise acerca dos conceitos de poder e dominação utilizados no presente estudo.

As ITCP's são administradas a partir de uma lógica autogestionária. Quando a organização é pequena, todos os processos de diálogo e deliberação ocorrem nas assembleias gerais. Caso c

ontrário, as assembleias gerais ocorrem com menor frequência, havendo encarregados, escolhidos democraticamente pelo grupo, que se responsabilizam por deliberar. Em alguns casos, há a necessidade de se criar hierarquias, fazendo surgir cargos de coordenação e gestão. Entretanto, as funções exercidas por essas pessoas são contrárias àquelas exercidas por tais cargos nas empresas capitalistas. Visto que, “as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo” (Singer, 2002, p. 18), diferente do que ocorre em uma heterogestão.

4.4.1 Lei nº 5.763, de 16 de dezembro de 1971

Em 1971, foi criada a Lei nº 5.763, com o objetivo de definir a Política Nacional de Cooperativismo, a partir da instituição de um regime jurídico das sociedades cooperativas, dentre outras providências. Neste ano, o presidente do Brasil era Emílio Garrastazu Médici e a ditadura militar estava consolidada no país, após o golpe de Estado em 1964. Não é contraditório o fato de a primeira lei sobre cooperativismo ter surgido durante “os anos de chumbo”, já que, neste período, houve um processo de centralização política e a Lei nº 5.764 surge de maneira a reduzir a esfera pública no país, ao controlar o movimento cooperativista. Além disso, este movimento, conforme já mencionado, surgiu em um contexto de crítica ao sistema capitalista, que, por sua vez, era financiador do regime militar. A partir do endividamento externo, o Brasil viveu o período do “milagre econômico”, que se mostrou fundamental para legitimar o regime. O contexto em que a Lei nº 5.763 se insere é importante para a análise de seu discurso e, a partir de então, compreender o movimento cooperativista brasileiro na atualidade.

No artigo 1º, do capítulo I, a Lei nº 5.764 considera como parte do sistema cooperativo todas as atividades a ele ligado, seja do setor público ou privado, que possui interesse público. No artigo 2º, atribui-se, ao Governo Federal, a coordenação das atividades cooperativistas em território nacional. Por um lado, nota-se que a definição de cooperativa abordada é ampla e superficial, não condizendo com o discurso do movimento cooperativista que surgiu como reação aos efeitos gerados pela Revolução Industrial como, por exemplo, desemprego e degradação das relações de trabalho. Por outro, é possível identificar o controle que o Estado possui sobre o sistema cooperativo brasileiro. Além disso, a OCB se torna a única representante deste sistema, através do artigo 105, do capítulo XVI, que rege sobre a representação do sistema cooperativista.

Esta Lei, portanto, engendrou, conforme foi mencionado na sessão *4.5 Cooperativismo no Brasil e as ITCP's*, um duplo movimento no movimento cooperativista nacional. Enquanto uma parte do sistema cooperativista lutava por outras formas de representação, além da OCB, outra parte lutava pela independência com relação ao Estado brasileiro. Até hoje, a OCB se considera a “única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional”¹³. As cooperativas que não se encaixavam no sistema OCB deram origem às cooperativas populares, contexto em que se inserem as ITCP's, tema que já foi abordado neste trabalho. Portanto, o movimento cooperativista brasileiro é complexo e, em função do caráter amplo da Lei nº 5.764, contempla organizações com atuações completamente diferentes. Este tema será abordado com maior profundidade, a partir do caso da unidade do Sicredi de Panambi (RS) e Ijuí (RS).

Dentre todas as limitações impostas pelo Governo Federal às cooperativas brasileiras, uma delas chama a atenção do autor: a exigência da manutenção da neutralidade política do sistema cooperativista. Neste item do artigo 105, a Lei nº 5.764 vai em direção contrária à história do movimento cooperativista, abordado nas sessões *4.3 Princípio de cooperação e cooperativismo* e *4.6 Economia solidária*. Os militares, através deste instrumento legal, tiraram a principal característica do movimento cooperativista, que deu origem a sua construção, o caráter político. Em função disso, criou-se um sistema cooperativista paralelo a este que contempla as cooperativas populares, conforme mencionado na sessão *4.4 Cooperativismo no Brasil e as ITCP's*. Esta legislação reproduz o discurso autoritário do regime militar, controlando o sistema cooperativo brasileiro, assumindo para si, o poder de, inclusive, autorizar o funcionamento das cooperativas, como consta na Seção I da Lei.

Na passagem “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão ‘cooperativa’ em sua denominação” do artigo 5º do capítulo III, fica evidente a relação entre Estado e movimento cooperativista estabelecida na Lei nº 5.764. O uso do verbo ‘poder’ no futuro do presente indica o caráter autoritário do discurso construído pelo Estado, definindo aquilo que as sociedades cooperativistas podem ou não adotar por objeto. Além disso, há outras passagens que demonstram a relação estabelecida entre os atores em questão como, por

¹³ Esta informação foi retirada do próprio site da OCB. Ver em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp. Acesso em 24/08/2015.

exemplo, o artigo 20, da Seção I, “A reforma de estatutos obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos anteriores, observadas as prescrições dos órgãos normativos”. Aqui, novamente se faz o uso do futuro do presente, de modo que, o Estado passa a controlar a reforma do estatuto das cooperativas, reforçando a relação que se pretendia estabelecer com o movimento cooperativista.

Outra parte importante de ser analisada na Lei nº 5.764 é a Seção I que dispõe da autorização de funcionamento das sociedades cooperativas brasileiras. Para que uma organização se constitua em uma cooperativa ela deverá, de acordo com os artigos 17 e 18, passar por um processo de autorização pelo Estado, que será responsável por analisar “a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada”. Ou seja, a Lei nº 5.764 atribui ao Estado a função de determinar qual organização pode ou não se tornar uma cooperativa, de modo que, abre-se, a partir desta abrangência legislativa, um espaço para o surgimento das chamadas “coopergatos”. Isto é, organizações que visam ao lucro, assim como qualquer empresa privada, mas que, juridicamente, são cooperativas. O caso estudado de “coopergato” é a unidade do Sicredi de Panambi e da central de Ijuí.

4.4.2 Conexão Local: o caso do Sicredi de Panambi (RS)

Nesta etapa do trabalho, será realizada uma análise sobre a unidade do Sicredi de Panambi (RS), que este autor visitou, com o fim de desenvolver uma pesquisa para o Projeto Conexão Local¹⁴. O objetivo desta análise é demonstrar a necessidade de uma revisão da legislação acerca do movimento cooperativista brasileiro, já que, como foi apontado na sessão 4.4.1 *Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971*, ela abre espaço para que organizações que atuam sob a lógica do mercado se insiram nesta Lei, se beneficiando das disposições da mesma e, ainda, do próprio discurso do movimento cooperativista. Foi escolhido a unidade do Sicredi de Panambi, pois, em dados obtidos da plataforma do Banco Central do Brasil, esta unidade possuía um alto número de correspondentes bancários, tema da pesquisa desenvolvida no projeto.

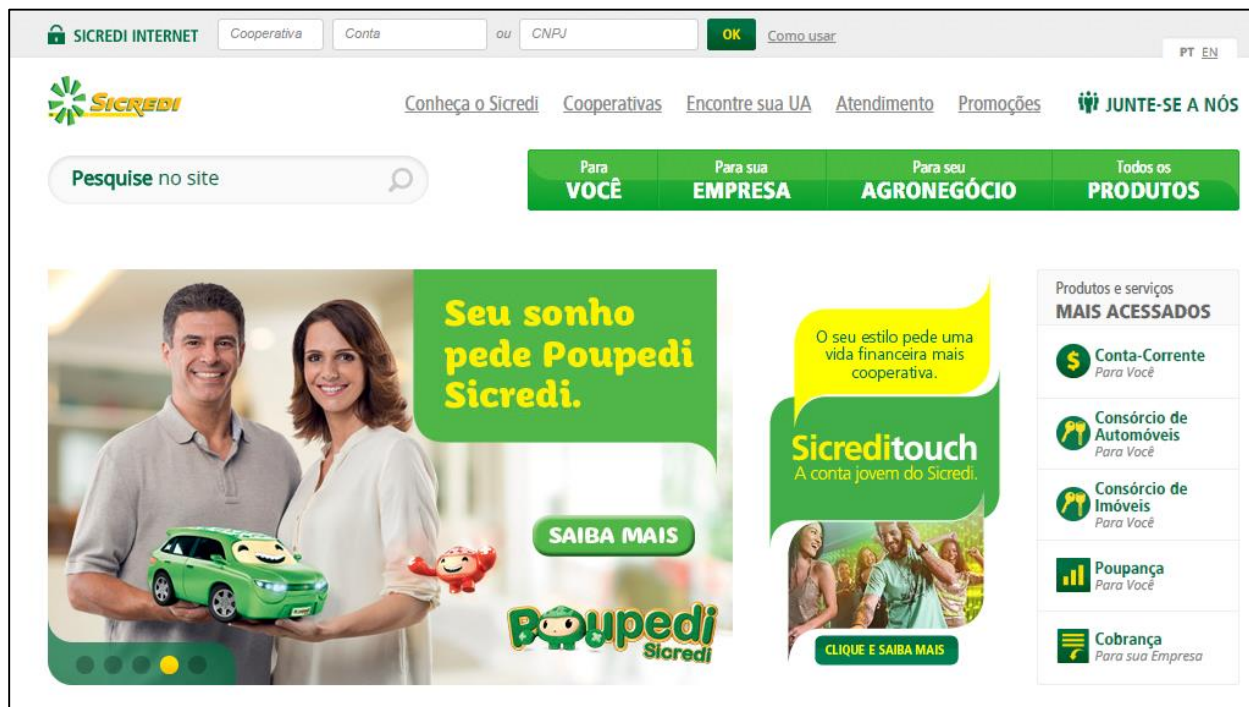
¹⁴ O Projeto Conexão Local é um projeto de pesquisa da EAESP-FGV destinado aos estudantes da instituição que buscam desenvolver técnicas e experiências de pesquisa de campo. Este autor participou do projeto, cujo tema estava relacionado com o papel dos correspondentes bancários de cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira da comunidade local. Portanto, esta parte do trabalho é parte de um trabalho maior realizado em conjunto com um estudante de doutorado e uma estudante de graduação da própria EAESP-FGV.

De acordo com entrevista realizada com prefeito do município, Panambi é uma cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul. Sua colonização foi liderada por Herman Meyer, em 1889, o qual comprou as terras locais que compõem os municípios e as dividiu em lotes rurais e urbanos. Este processo foi caracterizado pela forte presença de imigrantes alemães, fato que justifica a influência da cultura europeia na cidade. A cultura do cooperativismo, por exemplo, surge, na região com a chegada do padre suíço Theodor Amstad, fundador da primeira cooperativa de crédito da região, chamada Caixa Rural que, mais tarde, se tornaria o Sicredi. O objetivo da fundação desta cooperativa de crédito era financiar os pequenos agricultores da cidade, promovendo o desenvolvimento local da região.

Com base em entrevista realizada com o vice-presidente do Sicredi das Culturas, a cooperativa de crédito sofreu várias alterações. Em 1980, houve a criação do Cocicrer. Em 1992 foi criada a marca Sicredi e, em 2013, a unidade do Sicredi de Panambi passou a fazer parte do Sicredi das Culturas, união das unidades Sicredi dos municípios de Panambi; Ijuí (central); Ajuricaba; Santo Augusto e Augusto Pestana. De acordo com o entrevistado, o objetivo desta união era aumentar o patrimônio financeiro e, a partir disso, atender clientes que, antes, não conseguia atender. Durante a conversa, enfatizou-se a estrutura organizacional do Sicredi das Culturas. Estas informações são importantes para o presente trabalho, à medida que, o tema aqui estudado é como se dão as relações de poder e dominação em organizações que buscam construir um discurso autogestionário.

A estrutura organizacional atual do Sicredi das Culturas é composta por um presidente, três vice-presidentes, doze conselheiros e doze suplentes. A partir de 2019, no entanto, haverá um presidente, um vice-presidente, dez conselheiros e dois a três suplentes. Ambas as estruturas organizacionais se encaixam no discurso da Escola Clássica da administração, em que a hierarquia e a divisão do trabalho são características intrínsecas às organizações. Na Figura 01, torna-se evidente que o discurso construído pela cooperativa de crédito é muito próximo ao discurso construído por uma instituição financeira privada. Houve, com o crescimento da cooperativa de crédito, uma transformação do discurso da cooperativa de crédito, que também poderá ser identificada, ainda que em menor escala, na ITCP-FGV.

Figura 01: Imagem da página inicial do site do Sicredi.



Fonte: Sicredi. Ver em: <https://www.sicredi.com.br/>. Acesso em 24/08/2015.

4.4.2 Cooperativismo: um significante sem significado

Conclui-se que o conceito de cooperativismo reproduz um significante sem significado, ou seja, um significante vazio. O conceito de significante vazio, desenvolvido por Laclau (2007), não é definido por significantes que possuem diferentes significados, em função do contexto em que se inserem e da arbitrariedade do signo, e também não é definido por significados ambíguos. De acordo com Griggs e Howarth (2009), o significante vazio é um conjunto de representações que abrangem diversos significados, caracterizando-se como um conceito obscuro. As organizações que se apropriam do discurso do cooperativismo compõem um campo de disputa pela construção de significados hegemônicos.

O conceito de cooperativismo, portanto, está presente em diferentes discursos que estão ancorados em diferentes conjuntos de princípios e ideologias. Por exemplo, há dois discursos dentro da esfera pública contrários entre si que utilizam o conceito de cooperativismo: a Rede de ITCP's e a OCB. Enquanto a Rede possui um discurso que dialoga com o discurso da economia

solidária e do movimento cooperativista que surgiu durante a Revolução Industrial em contraposição ao desemprego e à degradação das condições de trabalho, o discurso da OCB é caracterizado pela incorporação do discurso capitalista. Esta divergência na atribuição de sentidos ao conceito de cooperativismo pode ser observada nos logos de ambas as organizações.

No logo da Rede de ITCP's, é possível visualizar a ausência de elementos profissionais (de acordo com a teoria funcionalista) em seu discurso como, por exemplo, “[...] a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética.” (DINIZ, 2001, p.20). No logo da OCB, entretanto, o discurso construído possui elementos profissionais que podem ser encontrados na própria formatação das letras contidas no logo.

No site da OCB¹⁵, há uma aba denominada “serviços”. Esta palavra demonstra a relação profissional/cliente existente entre a OCB e as cooperativas brasileiras que fazem parte do Sistema OCB. Na abordagem sociológica das profissões, a questão das relações de poder envolvidas se faz presentes entre os diferentes atores. A primeira relação de dominação, com base na análise feita na sessão 4.4.1 *Lei nº 5.763, de 16 de dezembro de 1971*, ocorre entre a OCB, que se aproxima a uma associação profissional, e os seus clientes, as cooperativas brasileiras. Nesta interação social, a OCB, enquanto corpo profissional, determina as necessidades dos clientes, através de sua construção discursiva. Uma das dependências criadas das cooperativas com a OCB se relaciona com a questão legal e institucional, a partir do momento em que a OCB se intitula a “representante única do Cooperativismo em âmbito nacional”.

Sendo assim, é possível notar que o cooperativismo é um significante vazio. Enquanto este significante aparece na construção discursiva da Rede de ITCP's representando um conjunto de princípios e valores relacionados à constituição de uma alternativa ao capitalismo, ele também aparece do discurso da OCB, que é caracterizado por um conjunto de elementos profissionais que remetem ao surgimento do sistema capitalista e da Revolução Industrial. Na visão funcionalista, são os grupos profissionais que caracterizam a sociedade industrial moderna.

¹⁵ Ver em: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/>. Acesso em 28/08/2015.

Figura 02: Logo da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.



Fonte: Blogspot da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Ver em: <http://redeitcps.blogspot.com.br/>. Acesso em 27/08/2015.

Figura 03: Logo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)



Fonte: Sistema OCB/RO. Ver em: <http://www.sescoop-ro.org.br/>. Acesso 27/08/2015.

4.5 Economia solidária

O surgimento da economia solidária está relacionado com a reação ao empobrecimento de artesãos, ocasionado pela difusão das máquinas e do modo de produção fabril capitalista. A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha, em que a massa camponesa foi expulsa dos domínios senhoriais, transformando-se no proletariado moderno. Neste período, havia grande exploração dos trabalhadores nas fábricas, não havendo limites legais, ameaçando a reprodução biológica do proletariado.

Neste contexto, alguns industriais como, por exemplo, Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, começaram a propor leis em favor dos trabalhadores. Owen decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais construiu escolas. Estas práticas, caracterizadas como filantropia na época, engendraram um ambiente de trabalho muito mais produtivo, resultando em lucro.

Após o fim da Revolução Industrial em 1815, com a vitória britânica em Waterloo sobre Napoleão, a Grã-Bretanha entrou em depressão econômica. Robert Owen diagnosticou que este fenômeno era fruto do fim da produção bélica, havendo uma ociosidade produtiva por parte dos trabalhadores, estagnando assim, não apenas a indústria da guerra, mas a indústria civil também. Portanto, de acordo com Owen, a solução se encontrava na ocupação dos trabalhadores, permitindo-lhe ganhar e gastar, para ampliar o mercado.

A partir deste diagnóstico, Robert Owen propôs ao governo britânico que os fundos de sustento de pobres fossem invertidos na compra de terras, para a construção de Aldeias Cooperativas, de aproximadamente 1200 pessoas, que produziriam para a própria subsistência. Assim, os pobres iriam ser reinseridos na produção e, em pouco tempo, este subsídio do governo seria devolvido aos cofres públicos.

Na segunda metade do século XIX, houve uma queda de popularidade do projeto de Owen, que passou a radicalizar a proposta. “Quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (Cole, 1944,

p.20, apud, Singer, 2002, p. 26). Portanto, Owen foi para os Estados Unidos tentar implantar sua tese, mas após sucessivas cisões, retorna à Inglaterra, desiludido.

Neste contexto, entretanto, surge o movimento cooperativista, que visava colocar em prática as ideias desenvolvidas por Robert Owen, juntamente com o surto de sindicalismo, associado pela revogação da Combination Acts, em 1824. Esta legislação tinha como objetivo impedir a organização paralela de trabalhadores e a perseguição de líderes sindicalistas.

Em meio ao surgimento de cooperativas adeptas do owenismo, como por exemplo, a London Co-operative Society; a Comunidade de Orbiston; e a Brighton Co-operative Trading Association, ligadas diretamente à luta de classes conduzidas pelos sindicalistas, conferindo uma radicalidade grande, a luta por melhores condições de trabalho se alterou para uma luta de substituição do mercado por empresas autogestionárias. Neste contexto, a arma utilizada pela classe trabalhadora era a greve.

Em paralelo às cooperativas sindicais, havia sociedades de propagando owenistas, que objetivavam a construção de Aldeias Cooperativas, ou “cooperativas integrais”, pois integravam produção e consumo. Neste processo, surgiram armazéns cooperativos, isto é, espaços criados para empregar novos membros e ainda, para trocar produtos da própria comunidade entre os membros e com outras sociedades que tinham mesmos princípios organizativos.

Owen acreditava que na sociedade capitalista havia produtores e distribuidores, sendo estes mantidos por aqueles. Assim, quanto maior o número do segundo com relação ao primeiro, maior é a carga em cima dos produtores, já que há uma diminuição proporcional de produção de riqueza. Dessa maneira, os distribuidores de riqueza, ou capitalistas, tornam-se um peso morto para os produtores e os mais ativos desmoralizadores da sociedade. (Owen, 1821, apud Mill, 2000, p. 68, apud, Singer, 2002, p. 30).

Esta crítica ao comércio fez com que as comunidades owenistas criassem bazares ou bolsas, que acabaram polarizando grande parte da produção das cooperativas operárias. Em contrapartida, houve a criação de “clubes de troca”, em que a troca dos produtos não era realizada por meio de escambo, mas através da mediação de uma moeda própria da organização, cuja unidade

era horas de trabalho. O padrão era um funcionário que ganhava 6 dinheiros por hora, e as horas acima deste valor eram aumentadas na mesma proporção.

Cole (1944) afirmava que não havia diferença na avaliação dos bens produzidos nos “clubes de troca” e na avaliação ordinária do mercado, já que tomavam as notas de trabalho meras reproduções em tempo de trabalho das quantias determinadas ordinariamente pelo comércio. Entretanto, Singer (2002) acredita que essas bolsas de trabalho equitativo excluíam a margem de lucro criada da relação entre o lucro e o capital investido. Em 1834, a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo encerrou suas atividades, em função da derrota do movimento sindical para seus empregadores.

Em 1833, foi aprovado o Factory Act, que estabelece uma legislação protetora do trabalhador de fábrica, como reação à proposta de Owen da criação da Grande Guilda Nacional dos Construtores para tomar as fábricas de construção e reorganizá-las sob a forma de uma grande cooperativa nacional de construção. Mas, o Factory Act não alterou a legislação no que tangia à jornada de trabalho, fazendo com que Owen liderasse a criação da Sociedade pela Regeneração Nacional, juntamente com os sindicalistas do Norte. Esta luta teve fim quando os empreiteiros declararam greve e demitiram os funcionários que faziam parte do movimento sindical. A tentativa de reorganização dos excluídos com a Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras (GUNM) não conseguiu sobreviver em meio ao sistema capitalista vigente.

As Aldeias Cooperativas são diferentes da ideia de falanstérios, de Charles Fourier. Este tipo de organização não era coletivista, na medida em que preservava a propriedade privada e a liberdade individual de mudar o trabalho. O objetivo era criar uma organização social em que as pessoas pudessem escolher seus trabalhos sem se importarem com as remunerações. O resultado de toda a produção seria repartido em proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento.

Para evitar a desigualdade social no sistema, Fourier propõe: que os rendimentos das ações devem ser proporcionais ao tamanho dos acionistas, de maneira que os menores adquirem rendimento maior que os maiores; e que haveria uma renda mínima para que todos trabalhassem por amor, e não por motivações meramente financeiras. Assim, a ideia é que se alcance a liberdade humana na paixão pelo trabalho.

Um tema que está presente na economia solidária é a discriminação por gênero. Esta questão, apesar de se reproduzir no âmbito cultural, se manifesta também nos âmbitos econômico, social e político. Já que, na medida em que as mulheres não são tratadas igualmente aos homens no mercado de trabalho, elas caracterizam um setor da sociedade desigual no que tange o recebimento de cargos e salários, sendo uma parcela da população propícia à situação de precariedade e vulnerabilidade.

Na economia solidária, diferente do que ocorre na economia capitalista, há um ambiente que permite a participação igual dos homens e mulheres. Visto que, há um processo de organização, produção e consumo que se baseia nos princípios de cooperação e solidariedade, e a partir disso, as mulheres encontram um espaço para romper com o patriarcalismo presente na sociedade.

“Gênero refere-se às características atribuídas ao feminino e ao masculino que são definições históricas e socialmente construídas pelas sociedades nas quais as diferenças entre homens e mulheres não são naturais e sim culturais” (Sucupira e Braga, 2011, p. 302). A ideia de que o homem é superior a mulher está sustentada no patriarcalismo. O homem, neste caso, é o responsável pela esfera produtiva, enquanto a mulher, por sua vez, é responsável pela esfera reprodutiva, lógica esta que se mantém no mercado de trabalho.

A economia solidária é um importante espaço para o rompimento da lógica patriarcal, pois se caracteriza como uma nova forma de organização do trabalho e da produção e possui a ideia de justiça de proximidade; possui espaços democráticos de discussão, reflexão e deliberação; e valoriza as práticas recíprocitárias, trazendo novos valores culturais. Entretanto, há críticas relacionadas à economia solidárias relacionadas à precarização do trabalho, por conta do alto grau de informalidade existente na autogestão.

4.6 Autogestão e Heterogestão

Para o sucesso da autogestão, é necessário que todos os membros da empresa sejam informados sobre as decisões que precisam ser tomadas e quais as alternativas para as resoluções de tais problemas. Quando há questões complexas, é comum que haja divergências de opiniões entre os sócios, ocasionando em conflitos. Ou seja, os membros possuem esforços adicionais relaciona-

dos aos problemas gerais da organização, não se restringindo aos assuntos de sua área. Estes esforços, porém, são muito positivos, já que incentivam a cooperação inteligente entre as pessoas do grupo para as soluções mais adequadas.

“O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios” (Singer, 2002, p.19). Neste caso, os integrantes dão votos de confiança a uns poucos que ficam responsáveis por assumir todas as responsabilidades do grupo e realizar todas as deliberações. Assim, em função da lei do menor esforço, as questões acabam se restringindo a um grupo seletivo de pessoas, que possuem total aprovação dos outros, por inércia. A partir disso, é possível notar que a prática autogestionária é uma formação democrática dos envolvidos, e não apenas para a reinserção na produção social.

Não se deve confundir, no entanto, autogestão com as organizações sem estrutura. A ideia de organização sem estrutura, de acordo com Freeman (1970), não existe. Isto é, todas as organizações possuem estruturas, já que, grupos de pessoas se estruturam naturalmente diante das particularidades de cada um. A única maneira de se atingir este fim seria não havendo relações ou interações entre os grupos humanos. A partir disso, a ausência de estrutura se torna um instrumento que os fortes utilizam para mascarar ou velar uma relação hierárquica para com os fracos, visto que, a luta por uma organização deste tipo caracteriza uma luta utópica. Assim, é fundamental que a estrutura seja explícita, evitando que a estrutura informal domine, por completo, a estrutura formal.

O termo “elitista” utilizado demasiadamente pelo movimento feminista se refere a um grupo informal de pessoas que detém poder sobre um grupo maior ao qual se insere. A elite é caracterizada por um grupo de amigos que, coincidentemente, participam das mesmas atividades políticas. O poder deste grupo se dá em função da criação de uma rede de comunicação informal, visto que, os membros da elite, por serem amigos, mantêm relações sociais mais fortes, e, portanto, discutem sobre as decisões acerca das atividades políticas da organização. Dentro do movimento feminista, “o pré-requisito característico para participar das elites informais do movimento e, portanto, para exercer o poder, diz respeito à origem, à personalidade e à disponibilidade de tempo” (Freeman, 1970), como por exemplo, ser de origem de classe média.

Há, portanto, a partir das ideias de Freeman (1970), duas consequências que surgem da ausência de estrutura nas organizações. A primeira consequência é que a elite pode se tornar uma

“irmandade” que insere as outras pessoas nos espaços de diálogo, discussão, e deliberação por justificativas ancoradas, única e exclusivamente, na amizade. A segunda é que as estruturas informais, apesar de monopolizarem o poder da organização, não são responsáveis pela mesma. Assim, este poder não pode ser retirado, na medida em que nunca lhes foi dado. Ou seja, assumir tal responsabilidade depende dos interesses da própria elite.

Outra consequência da ausência de estrutura no surgimento do movimento pela liberação das mulheres é o aparecimento das “estrelas”. Isto é, mulheres que possuíam algum tipo de distinção pública e, por conta disso, eram escolhidas para serem porta-vozes do grupo. Já que, não utilizavam técnicas para demonstrar a opinião do coletivo como o voto ou referendo, por exemplo. Estas mulheres não eram escolhidas pelo grupo para representar o movimento, e, portanto, eram bastante combatidas pelos próprios membros.

Os grupos inestruturados, de acordo com Freeman (1970), não são eficazes para a realização de tarefas específicas do grupo, mas sim, para o diálogo e o compartilhamento de experiências. Alguns coletivos menores, de escala local, funcionam bem, na medida em que um pequeno grupo informal toca as atividades. Assim, a participação dentro do grupo se restringe às mulheres que se afiliam a este grupo informal, havendo um processo de institucionalização do elitismo na organização.

Quando os grupos não conseguem encontrar um local para agir, o próprio fato de estarem juntos é o motivo de estarem juntos. Neste contexto, as pessoas passam a disputar entre si o poder presente na organização, gerando disputas internas e críticas às personalidades das diferentes pessoas do grupo. Em alguns casos, esta falta do que fazer pode engendrar ações individuais com alto grau de criatividade, entretanto, não é construído, a partir deste conjunto de ações, um espírito coletivo de cooperação.

A partir disto, muitas outras organizações políticas enxergam o movimento de liberação das mulheres como um espaço para o recrutamento de novos membros, visto que, as militantes do movimento feminista buscam outras organizações políticas com atividades e estrutura. Estas mulheres que passam a atuar em outros grupos ou que passam a atuar paralelamente no movimento feminista e em outras organizações políticas engendram novas estruturas informais, na medida em que partilham valores, ideias e orientação política comuns.

Estas novas elites informais tornam-se uma ameaça às velhas elites. Essas disputas entre grupos informais não são discutidas dentro da organização, pois isso implicará na exposição do grupo e, conseqüentemente, da sua natureza informal. Então, a elite velha e a elite nova passam a lutar por poder, a partir de meios como “combate às lésbicas”. Outra alternativa para a solução do problema é a formalização da estrutura da organização, havendo a institucionalização do poder.

A ausência de uma estrutura formal faz com que estas organizações estejam suscetíveis à influência indireta de outras organizações. Os grupos que atual localmente possuem autonomia, entretanto, apenas os grupos que atuam em escala nacional podem ser considerados nacionalmente organizados. Assim, as organizações que possuem uma estrutura formal passam a influenciar e direcionar as atuações das outras organizações “sem estrutura”. Grupos como a “Organização Nacional das Mulheres” e a “Liga de Ação pela Igualdade das Mulheres” são exemplos de organizações que possuem organização nacional e que são capazes de promover campanhas de mobilização no nível nacional.

As organizações que carecem de estruturas formais, portanto, se tornam massa de manobra das organizações nacionais. A implicação deste fenômeno é a incapacidade dos grupos inestruturados de impor determinados rumos ao movimento feminista como um todo, se restringindo a colocar, por meio de meios de comunicação, temas para serem discutidos. Além disso, estes grupos informais se caracterizam pela ineficiência política, exclusão e discriminação com relação a outras mulheres que não se juntam às estruturas informais.

O caráter puramente educativo dos movimentos de liberação das mulheres está se tornando obsoleto, na medida em que, com a disseminação dos novos meios de comunicação, o processo de conscientização das ideias desenvolvidas pelo movimento não se restringe às mulheres que militam em grupos políticos. Portanto, o movimento precisa se organizar em todos os níveis (local, regional e nacional) para determinar atividades e atingir objetivos de maneira coordenada.

De acordo com Freeman (1970), os princípios da estruturação democrática são: (1) delegação de tarefas específicas a pessoas específicas, após estas se manifestarem e se disporem a realizá-las, evitando a ausência de compromisso e, conseqüentemente, a omissão e negligência de responsabilidades; (2) cobrança por parte da autoridade responsável pela delegação das tarefas, havendo um exercício de poder saudável e conectado às vontades do grupo de como este poder

deve ser exercido; (3) compartilhamento e distribuição do poder por meio da criação de um grande número de autoridades, evitando, dessa maneira, o seu monopólio nas mãos de um pequeno grupo; (4) rotação de tarefas e responsabilidades dentro do grupo, com o fim de evitar o sentimento de posse, por parte daqueles que as realizam por um longo período de tempo dentro da organização; (5) alocação das tarefas por meio de critérios racionais, como por exemplo, habilidade, responsabilidade e interesse; (6) distribuição e compartilhamento de informação dentro do grupo, visto que o acesso à informação aumenta o poder e, portanto, engendra relações de dominação; (7) e por fim, o acesso igualitário dos recursos necessários ao grupo, tais como habilidade e informação.

5. As relações de poder e dominação

5.1 Ação social

“A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (...)” (Weber, 2012, p. 13). Pode-se considerar ação social, por exemplo, o comportamento que os estudantes apresentam em sala de aula com relação ao professor, já que, este comportamento é orientado pelo comportamento do professor que está em sala de aula. Da mesma maneira, o comportamento do professor com relação aos alunos também pode ser considerado uma ação social, à medida que, seu comportamento também é orientado pelo comportamento de outras pessoas, os estudantes. Há, portanto, uma expectativa por parte de ambos agentes sociais com relação a seus modos de agir naquele determinado tempo e espaço.

No entanto, nem toda ação pode ser considerada, por Weber (2012), como uma ação social. Por exemplo, quando há uma colisão entre dois carros, não há ação social. Visto que, os motoristas não tiveram suas ações orientadas pelas ações de outros, de modo que, a colisão entre os veículos pode ser considerada um fenômeno inesperado, e não uma ação social. Apesar disso, uma eventual discussão entre os motoristas pode ser caracterizada por ações sociais, em que os agentes, condicionados por um conjunto de emoções, trocam xingamentos ou socos e chutes. Outra ocasião em que não há caracterização de uma ação social é a reza de uma pessoa. Neste caso, o agente social não está agindo de maneira condicionada com a ação de outra pessoa, como é o caso citado dos estudantes e dos professores. Trata-se, apenas, de um ato solitário, de maneira deslocada de outras ações sociais.

Há, de acordo com Weber (2012), quatro tipos de ação social: racional referente a fins; racional referente a valores; afetivo e tradicional. A ação social racional referente a fins é toda ação social condicionada por ações de outras pessoas, em que estas expectativas são utilizadas como meios para alcançar interesses próprios de caráter racional como, por exemplo, sucesso profissional. A ação social referente a valores, por sua vez, é caracterizada pelas ações condicionadas por ações de outros, de modo que, as expectativas são orientadas por crenças, princípios ou valores

éticos, morais ou religiosos. A ação social determinada de modo afetivo é condicionada por relações de afeto ou estados emocionais. Por fim, a ação social determinada de modo tradicional é todo tipo de ação social orientada pelos costumes arraigados em determinada sociedade.

5.2 Relação social e a vigência da ordem legítima

“Por ‘relação’ social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência” (Weber, 2012, p. 16). O conceito de relação social, portanto, está relacionado a uma probabilidade de que se aja de maneira condicionada socialmente, pelo sentido. Por exemplo, uma formação social como uma cooperativa surge a partir da probabilidade de haver, em determinado tempo e espaço, ações reciprocamente referidas, quanto ao sentido. Estas ações, no caso do cooperativismo, estão associadas a sentidos como cooperação, autogestão, empoderamento e consenso. As relações sociais podem se repetir, em determinados espaços, em função de condicionamentos estabelecidos pela vigência de uma ordem.

“Toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social pode ser orientada, pelo lado dos participantes, pela representação de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos ‘vigência’ de ordem em questão” (Weber, 2012, p. 19). A legitimidade desta ordem pode se garantir na atitude interna como, por exemplo, afeto, valores ou crenças religiosas, ou em consequências externas. A ordem é denominada convenção, quando as relações sociais se orientam por tradições, ou direito, quando a orientação se dá em função de algum tipo de coerção.

Por exemplo, todos (as) estudantes de administração pública da EAESP-FGV, do 6º semestre, comparecem às aulas, às 7h00. Esta ação está condicionada, pois há a vigência de uma ordem (regulamento), que diz que as aulas iniciam neste horário. Este tipo de ação social, entretanto, se diferencia de quando “empresas transportadoras de móveis anunciam regularmente nos jornais, perto das datas em que se realizam a maioria das mudanças” (Weber, 2012, p. 19). A vigência de uma ordem pode se ancorar na tradição, crença afetiva, crença racional referente a valores, ou algum tipo de estatuto.

5.3 Poder e dominação

Após a apresentação de alguns conceitos chave para o presente trabalho, buscou-se, no livro “Organização e Poder – Empresa, Estado e Escola” (1986), de Fernando C. Prestes Motta, os conceitos de poder e dominação que serão utilizados nas análises dos discursos, posteriormente. Motta foi um pioneiro nos estudos organizacionais críticos, no Brasil, juntamente com outros autores como o já citado Maurício Tragtenberg. Além disso, para se chegar a uma definição destes conceitos, foi realizada uma busca no texto “Economia e Sociedade” (2012), do sociólogo Max Weber.

O conceito de poder abordado por Motta (1986) possui inspiração nos estudos de Michael Foucault, e não nas linhas weberiana, marxista ou estrutural-funcionalista. Neste contexto, “o poder não é visto como objeto natural, mas como prática social constituída historicamente” (Motta, 1986, p. 73). Deste modo, “Foucault explora o poder ali onde ele se revela mais complexo, isto é, na multiplicidade de expressões que assume no corpo social e cujas peças fundamentais parecem ser o poder em si, o saber e a instituição” (Motta, 1986, p. 74, Grifo Próprio).

Esta conceituação de poder de Foucault é utilizada por Motta (1986), pois trata-se de uma análise que muito tem a contribuir para os estudos sobre a burocracia enquanto forma de poder e dominação. Esta contribuição se dá, nos estudos organizacionais, através da questão do poder disciplinar, à medida que o poder dentro das organizações se constrói “através de saberes constituídos tanto quanto através da inculcação ideológica” (Motta, 1986, p. 74). Os estudos de Foucault nos tratamentos de doentes mentais se aplicam na administração de empresas, administração pública e na educação.

No âmbito da dominação, conceito intrinsecamente relacionado ao conceito de poder, Foucault elabora o método da disciplina, essencial ao funcionamento das organizações burocráticas.

As disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação...diferentes da escravidão, pois não se fundam em uma relação de apropriação do corpo..., diferentes da domesticidade, que é uma relação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada..., diferente da vassalagem, que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre o corpo do que sobre os produtos do trabalho e as marcas

rituais de obediência...O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (Foucault, 1977, p. 126-7).

Os estudos de Foucault, através de Motta (1986) serão utilizados no presente estudo, pois este estudo busca analisar as relações de poder e dominação em organizações. A diferença com relação ao trabalho de Motta (1986), é que, aqui, os objetos de estudo são organizações autogestionárias, e não burocráticas. Apesar disso, as peças fundamentais utilizadas nas análises sobre poder, por Foucault, também se inserem no presente estudo: o poder, o saber e a instituição.

6. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getulio Vargas (ITCP-FGV)

Antes de iniciar as análises críticas, faz-se necessário fornecer ao leitor as condições de produção e interpretação. Isto é, compreender por que ocorre desta forma, a partir da prática sociocultural e da situação societal institucional. Para isso, será utilizado o trabalho de Maria Paola Ometto, Nathalie Perret e Ney Miyahira, “Análise das Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPS) na Perspectiva da Razão Substantiva e Razão Instrumental”, além de depoimentos de ex-integrantes da ITCP-FGV.

A ITCP-FGV foi fundada em 2001 por estudantes da EAESP-FGV. Neste momento, o grupo de alunos não incubava nenhum grupo, restringindo sua atuação à formação de grupos de estudos, com o fim de discutir textos relacionados à economia solidária. Neste processo de criação da entidade estudantil, a organização foi incubada pela ITCP-USP, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. Além dos alunos, o professor Ricardo Bresler também participava da organização.

Em função da alta rotatividade dos membros da incubadora, a organização entra em um período de crise e, apesar de um convênio com o Governo Federal, os membros pensam em fechar a entidade estudantil. No entanto, um grupo de membros decide assumir a liderança no processo de reestruturação da incubadora, divulgando a entidade estudantil pela FGV, através de artigos no jornal estudantil Gazeta Vargas. Então, novos membros entram para a incubadora e decidem criar e resgatar documentos acerca da história da organização.

Em 2006, os estudantes passam a demandar a profissionalização da organização, em função da alta complexidade dos processos de incubação. Neste momento, portanto, são contratados técnicos de incubação, com o objetivo de tocar os projetos e formar os estudantes em temas relacionados à incubação e economia solidária. No período 2009-2010, entretanto, o corpo técnico da organização começa a aumentar em relação ao número de alunos, de maneira que, os técnicos passam a tocar a incubadora. Com a profissionalização da entidade, o número de projetos aumenta e a incubadora começa a estabelecer parcerias com instituições privadas.

Em 2011-2012, a incubadora cresce e os membros que eram estudantes decidem criar seus próprios projetos: Projeto de Auxílio Técnico (PAT) e o Banco de Negócios Inclusivos (BNI). O

primeiro era um projeto que visava incubar pequenos grupos e cooperativas, e o segundo era um banco que operava microcrédito aos grupos e cooperativas incubados pelos técnicos. O PAT, no entanto, fecha, pois não consegue atingir os objetivos. O BNI, apesar de também não demonstrar resultados positivos, continua como uma entidade estudantil dentro da EAESP-FGV.

Em 2013, os técnicos da ITCP-FGV decidem criar o Instituto de Sócio Economia Solidária (ISES), com o objetivo de intermediar os contratos realizados com os financiadores privados, visto que, os contratos precisavam passar por toda a burocracia da FGV. No entanto, a própria FGV decide desligar o corpo técnico da ITCP-FGV e solicita que o BNI também seja desligado, em função da falta de comprometimento com os objetivos iniciais de sua fundação.

Em 2014, por fim, surge a nova ITCP-FGV, com alunos ex-membros do BNI e da ITCP-FGV. Neste processo, inicia-se uma fase de reestruturação da organização com o consultor autônomo e ex-membro da ITCP-FGV Cesar Matsumoto. A entidade estudantil realiza, neste período, diversas atividades com o objetivo de buscar sua atuação e decide, após muitos encontros e uma viagem ao Pará, trabalhar com o tema Desenvolvimento Local. A partir disso, é realizado novos processos seletivos para a entrada de novos membros e a entidade estudantil passa a trabalhar com projetos em parceria com o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo.

7. Análise Crítica do Discurso (ACD)

7.1 Entrevistas

Nesta etapa do trabalho, será realizada uma análise de entrevistas de ex-membros da ITCP-FGV, concedidas à pesquisadora Maria Paola Ometto. Esta autora buscava compreender os tipos de razão, instrumental ou substantiva, que se faziam predominantes nos discursos dos entrevistados, quando se referiam a seus períodos dentro da ITCP-FGV. É neste contexto que se inserem as entrevistas analisadas, portanto. Durante as análises que serão feitas aqui, serão abordados temas como, por exemplo, construção identitária, financiamento, as vozes administração de empresas vs administração público, a relação da entidade com o seu entorno, a estrutura organizacional, a profissionalização, e a formação de grupos sociais dentro da organização. Os entrevistados são: Marcus Vinicius Peinado Gomes, Shanna, César Matsumoto e Leonardo Félix. Além disso, também será feita uma análise de uma entrevista feita com Graziela Larissa, concedida ao próprio autor.

Marcus Vinicius é, atualmente, professor e pesquisador da EAESP-FGV, na área de gestão pública. Ele participou da formação da entidade, em 2001. Shanna é formada em administração de empresas pela mesma instituição e trabalhou no processo de estruturação da organização, juntamente com Marcus Vinicius. Neste período, a incubadora era uma entidade organizada pelos próprios alunos. César é ex-aluno de graduação em administração pública pela EAESP-FGV e ex-membro da ITCP-FGV. Ele entrou na incubadora quando a entidade estudantil estava passando por um processo de reforma, com a entrada de técnicos de incubação contratados, que tinham como objetivo dar continuidade aos projetos de incubação e formar os estudantes em temas como economia solidária e autogestão. Por fim, Leonardo Félix atuou no período em que os técnicos já estavam presentes e ajudou no processo de elaboração do PAT. Com a crise e o desligamento do corpo técnico e do BNI-FGV, Leonardo Félix, juntamente com o Lucas Djin (membro atual da ITCP-FGV), assumiu a liderança na reestruturação da incubadora.

O diálogo entre os discursos da administração de empresas e da administração pública se fez presente em todas as entrevistas analisadas, demonstrando, assim, o caráter dialógico dos discursos. Marcus Vinicius afirma: “Graças a Deus não entrei para administração de empresas”. Percebe-se dois discursos presentes se contrapondo um ao outro: o discurso da administração pública, caracterizado por um conjunto de práticas sociais localizadas no campo de públicas; e o discurso

da administração de empresas, caracterizado por um conjunto de significados relacionados a ideologias corporativistas como, por exemplo, divisão do trabalho e hierarquia.

Este conflito ideológico que contempla dois interesses conflitantes entre si, interesse público e interesse privado, se faz presente em todo o discurso de Marcus Vinicius. Podemos observá-lo em trechos como “descobri que eu sempre muito crítico e muito mais de esquerda do que o mercado financeiro gostaria de ter”. Percebe-se, portanto, que há, por parte do entrevistado, a construção de um contradiscurso, ou seja, um discurso construído criticamente em relação a outro discurso predominante, o discurso corporativista e capitalista.

Na entrevista de Shanna, esta relação entre os discursos de administração de empresas e administração pública aparece, de modo mais evidente, na fala “quando eu comecei a entrar na incubadora e aí eu comecei a ver que na realidade eu gostaria de ter feito AP (administração pública)”. Pode-se notar, portanto, que, naquela época, a ITCP-FGV possuía um conjunto de práticas sociais que faziam referência a um conjunto de significados presente na área pública, e não na área privada. Em outra passagem, também é possível observar que a incubadora, dentro da EAESP-FGV, era uma organização orientada para o setor público, e não para o setor privado. Por conta disso, Shanna afirma que tinha a “ideia de trabalhar no setor público...influenciada pela incubadora”.

Como afirma Shanna, o surgimento da organização se deu com as iniciativas de Marchesini, estudante de graduação na época, e Ricardo Bresler, professor do departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV, após a participação no Fórum Social Mundial (FSM). Aqui, é possível compreender qual era a formação ideológica da incubadora, no princípio. O FSM é

“Um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.” (Fórum Social Mundial, 2015, grifo próprio).

A partir disso, pode-se constatar que, entre o conjunto de princípios que deram origem à ITCP-FGV estavam: democracia, sociedade civil organizada, formas alternativas ao domínio do capital e do neoliberalismo. Além disso, surge, nas passagens “E aí foi o meu primeiro contato

mais forte assim com o pessoal da economia solidária e tal” e “E a gente dava aula no curso de cooperativismo”, outros conceitos presentes no princípio da organização: economia solidária e o cooperativismo.

De acordo com a fala de Shanna “naquela época juntavam pessoas que não gostavam muito de administração...essas pessoas estavam com muita sede por esse tipo de conhecimento”. Nota-se que, naquele período da incubadora, os membros tinham interesse, nas palavras da própria entrevistada, na “formação política”, e não em transferir os conhecimentos técnicos adquiridos em sala de aula aos grupos incubados. A partir disso, é possível identificar o tipo de racionalidade dominante: a racionalidade substantiva.

César afirma que

Na nossa época a gente tinha um conjunto de valores muito fortes assim. Que envolvia um olhar crítico sobre o capitalismo, isso era forte mesmo. Olhar crítico para as relações de trabalho. Então essa questão da autogestão pegava por que a gente de fato tentava fazer uma coisa que não caísse na alienação do trabalhador nem numa hierarquia que podasse as pessoas. Mas que de fato houvesse o empoderamento de todo mundo. Esse protagonismo das pessoas. Que a gente chamava, usa um termo de “emancipação do trabalhador”. Tinha esse idealismo com uma base teórica, filosófica forte assim. Do Paulo Freire, dessa turma. Eram valores e ideias muito fortes que hoje em dia já não é assim. (Grifo próprio).

A fala acima também reproduz o diálogo entre administração pública e administração de empresas. As palavras “olhar crítico sobre o capitalismo”, “olhar crítico para as relações de trabalho”, “autogestão”, “empoderamento”, “emancipação do trabalhador” e a menção à Paulo Freire remetem ao discurso da economia solidária que dialoga, intrinsecamente, com o discurso do capitalismo, à medida que, o primeiro surge como reação ao segundo. Novamente, portanto, é possível notar a construção de um contradiscurso com relação ao discurso construído pela EAESP-FGV: o discurso da administração de empresas.

No discurso de Graziela, a construção de um contradiscurso também se faz presente. Ao ser questionada sobre o que a tinha feito entrar para a Incubadora, Graziela respondeu:

Pra incubadora...porque eu vi que aqui era um lugar que você tem a possibilidade de colocar algumas das teorias estudadas na aula...e é horizontal...você tem a oportunidade de colocar também suas opiniões e usa e abusa de sua criatividade...e porque trabalha com economia solidária...porque na verdade eu não conhecia...e ainda não conheço a fundo ainda economia solidária...mas é um tema que sempre me chamou atenção...e aí eu fiquei louca...falei “nossa que legal”...criativo, desenvolvimento local, gestão horizontal, economia solidária...e aí que eu quero entrar...e aí eu entrei no semestre passado...meu segundo semestre...na incubadora...e...atualmente eu to participando de um grupo de trabalho q está com um grupo de mulheres artesãs q se chama Mercosul...mercado solidário...q visa esse desenvolvimento local...q atualmente elas tão fazendo uma feira ali no conjunto nacional...ai, por exemplo, no semestre passado a gente desenvolveu uma pesquisa pra analisar que tipo de ferramentas a gente podia aplicar...e o legal q a gente não impõe pra elas nada q elas têm q fazer...a gente têm trabalhado conjuntamente...elas aprendem com a gente...e a gente aprende com elas... (Grifo próprio).

O diálogo entre os discursos da administração pública e da administração de empresas engendra um conjunto de vozes que se contrapõe nos discursos analisados como, por exemplo, financiamento de empresas vs não financiamento de empresas, estrutura organizacional horizontal vs estrutura organizacional não horizontal e autogestão vs heterogestão. A oposição entre estas vozes determina as relações que a entidade estudantil tem com o seu entorno, seja a EAESP-FGV ou, ainda, a própria Rede de ITCP's. Portanto, com base nestas análises, o presente trabalho se propõe a compreender como os discursos refletem as influências do entorno das organizações.

Em resposta à seguinte pergunta feita pela entrevistadora, Maria Paola, “você acha que naquela época vocês aceitariam financiamento privado de empresa?“, Marcus Vinicius responde “Imagina”. Nesta expressão utilizada pelo entrevistado, fica evidente o caráter ideológico de seu discurso. Há, nesta resposta acerca do financiamento privado de empresa, um conjunto de significados que expressam, claramente, interesses que vão em direção contrária aos interesses corporativistas.

Analisando mais profundamente o caráter ideológico do discurso de Marcus Vinicius, percebe-se que o professor se localiza em um grupo de enunciadores críticos ao financiamento privado que, em função de sua estratégia discursiva, “impede” que seu discurso se coloque em um campo

semântico “superior” (onde é possível discutir as organizações autogestionárias a partir de uma lógica capitalista, em que o financiamento privado é aceito). Nota-se, a partir disso, que o enunciador em questão, Marcus Vinicius, “impede” que o seu discurso contemple a possibilidade de uma parceria com alguma organização privada, demonstrando um conjunto de interesses em manter o caráter autônomo e crítico da ITPC-FGV.

Shanna também constrói um discurso de negação ao financiamento de empresas. Questionada sobre a possibilidade de aceitar dinheiro de organizações privadas, a entrevistada responde:

Não. Por que a gente...as pessoas prezavam muito a independência em relação... tinha um preconceito também. Dinheiro privado...tinha interesses. Achava que ia mesclar os interesses. Não sei. A gente nunca buscou. Mas também nunca teve oportunidade. Nunca foi uma coisa concreta. Acho que não chegou a ser discutido né? Mas eu acho que naquela época teria uma polêmica grande. Acho que talvez a gente não conseguisse chegar a um consenso.

Nesta resposta de Shanna, é possível notar a formação ideológica do primeiro grupo integrante da ITCP-FGV. O conjunto de ideias e representações das práticas institucionais da organização era caracterizado pelo conjunto de princípios da economia solidária e da Rede de ITCP's. Esta formação ideológica remete a uma formação discursiva, que surge como um “filtro” pelo qual os membros da ITCP-FGV compreendiam a realidade.

Na fala de César, entretanto, é adotada outra estratégia discursiva.

O que aconteceu foi que a gente queria ter uma atuação cada vez mais profissional e a gente estava pegando convênios e projetos aqui e ali. Qual que sempre foi a lógica? A lógica que a incubação é um processo muito complexo, envolve um conjunto de competência muito amplo e grande. Você tem um espectro de competência que é muito complicado. Você precisa ser um formador, ter conhecimento técnico, de pedagogia de conduzir grupos.... Você precisa dominar.... Você não pode ficar projetando no grupo. Então esses aspectos psicológicos você precisa considerar. O que a gente viu? O discurso era, quando o estudante – isso em todas as incubadoras – está ficando bom nesse negócio ele se forma e vai trabalhar em outro lugar. Por que dentro daquela bolsinha do CENEPE aquilo não dá. A ideia era que se pudesse profissionalizar o corpo de formadores na incubação. O Nicolas foi o primeiro deles que se formou e foi trabalhar na incubadora. Nessa

época eles estavam pegando o primeiro contrato com o Instituto HSBC Solidari-
idade que contratou a incubadora para fazer a seleção dos projetos de geração de
renda a serem patrocinados pelo instituto e apoio técnico. Esse foi o começo de
um processo que trouxe o Nicolas como técnico, a Lia como técnica.... Então você
tinha um corpo de técnicos ali super bons fazendo essa gestão e esse foi a gênese
da incubadora de ser o que ela foi até o ano passado que era ser paga por grandes
organizações para acompanhar esses empreendimentos. Acompanhar na verdade
outras organizações que incubam. Dar assessoramento técnico, acompanhamento
de gestão para essas organizações e dando curso. A incubadora passou a atuar
menos na ponta, no beneficiário ali direto, e dar um passo atrás na cadeia sendo
aquele que faz a formação e o apoio técnico as outras organizações que atuarão
na ponta. Essa foi uma guinada grande que mudou... (Grifo próprio).

É possível notar que havia o predomínio do saber técnico-científico que, por sua vez, levou
à profissionalização, através da entrada maior do corpo técnico na organização. Neste momento,
foi aberto um espaço para a intensificação do processo de burocratização da organização e para o
financiamento privado de empresas como, por exemplo, o HSBC. Nota-se, portanto, que neste
período há uma mudança dentro da organização acerca da formação ideológica presente no prin-
cípio, que pôde ser percebido nas falas de Marcus Vinícius e Shanna. César utiliza as expressões
“atuação cada vez mais profissional”, “conhecimento técnico”, “assessoramento técnico”, e “apoio
técnico”, demonstrando, a partir de sua fala, a construção de um discurso científico, característico
nas organizações burocráticas.

Na fala de Leonardo Félix, a questão do financiamento também aparece.

Olha eu não sei. Eu não gosto muito da ideia do financiamento privado. Eu acho
que é legal fazer essa articulação, mas é meio um pouco.... É um pouco perigoso
eu chamaria. Justamente por essa questão metodológica. Você perde um pouco a
liberdade de trabalhar. Mas eu acho que é legal... O Conjunto Nacional mesmo.
Não uma grande empresa, mas eles dão uma super liberdade para a gente traba-
lhar. E quando é uma cooperativa, eles acompanham também o processo. Incuba
com eles.... Então eles valorizam alguns aspectos como a autogestão. E a gente
consegue ter uma boa relação. Para mim o mundo ideal seria achar financiadores
que teriam o mesmo comprometimento que a incubadora no empreendimento. O
mesmo interesse.

Aqui, é possível notar que o entrevistado relativiza a questão do financiamento privado, à medida que, seu impacto nos princípios da ITCP-FGV depende do tipo de organização financiadora. O Conjunto Nacional, por exemplo, na visão de Leonardo Félix, representou uma parceria positiva, já que, “eles valorizavam alguns aspectos como a autogestão”. A estratégia discursiva adotada aqui, portanto, se diferencia da estratégia discursiva adotada por Marcus Vinícius e Shanna, em que a possibilidade de obter financiamento de organizações privadas não existia. Ainda neste contexto, Graziela Larissa afirma que, atualmente, a ITCP-FGV não recebe financiamentos de empresas ou do governo. Os recursos vêm, apenas, de repasses da EAESP-FGV, destinados às entidades estudantis.

Outro ponto que está presente em todas as entrevistas analisadas é a contraposição entre as vozes horizontalidade vs não horizontalidade, que faz referência ao conceito de autogestão, princípio chave no discurso da economia solidária. Na fala de Shanna, é possível notar a preocupação com a horizontalidade nos processos de tomada de decisões dentro do grupo.

Uma vez por semana, se não me engano, tinha assembleia e aí tudo era decidido lá e para fazer algumas coisas se formavam grupos de trabalho. Grupos eram formados na assembleia e aí era todo mundo que se interessasse tinha que meio que participar dos grupos. As tarefas eram muito divididas assim, em grupos de trabalho. Cada um...quem se interesse podia participar de determinado grupo e o grupo era responsável por aquela tarefa. E geralmente tinham prazos e eles, cada grupo, tinham que trazer para a assembleia os resultados do que fizeram. Não tinha hierarquia na época. Eu me lembro bem que eu fui até na USP ver se tinha alguém eleito a presidente. Acho que não tinha. Acho que só tinha a assembleia e o grupo. Tinha gente que era responsável por fazer a ata da reunião, umas coisas assim. (Grifo próprio).

De acordo com Shanna, a assembleia era a instância máxima de tomada de decisões, ou seja, as decisões eram tomadas coletivamente. Na fala “Não tinha hierarquia na época”, é possível analisar que a construção do discurso da entrevistada se opõe ao discurso das organizações burocráticas reproduzido por Taylor e Fayol. Na fala de Marcus Vinícius, o discurso da autogestão também se faz presente.

Eu acho que o conflito maior era a gente tentar construir quanto um grupo autogestionário e aí a gente não conseguia lidar muito com papéis de lideranças e questões de poder no grupo autogestionário. Isso nós enquanto grupo. Outra crise

era que fora da incubadora nada era autogestionário. A gente tinha essas duas crises. (Grifo próprio).

Marcus Vinícius aponta a autogestão como a base de dois conflitos vivenciados pelos membros da organização. Por um lado, havia uma falta de preparo para lidar com as questões de poder dentro do grupo, à medida que, tratava-se de uma entidade que pretendia construir um discurso autogestionário. Por outro lado, o fato do entorno da organização ser caracterizado por organizações burocráticas, desde a família até a escola, dificultava a construção de um espaço horizontal.

César, entretanto, caracteriza, em sua fala, outro tipo de organização dentro da entidade estudantil.

Agora eu não lembro exatamente qual que era a organização interna. Até consigo resgatar pelo TCC do Nicolas, por exemplo, que ele fez sobre a estrutura organizacional da ITCP. Acho que até pelo meu TCC deve ter, mas a gente tinha uma organização lá por departamentos. (Grifo próprio).

Nesta passagem, César afirma que a organização da ITCP-FGV, na época, era caracterizada por departamentos. A departamentalização é uma característica das organizações burocráticas e, portanto, que carregam, em sua estrutura, relações de poder e dominação com base no saber científico. Outro ponto que faz alusão ao discurso da burocracia está presente na fala de Leonardo Félix.

E aí foi no começo do ano isso, em fevereiro. Foi quando eu comecei o estágio oficialmente aqui. Antes eu estava como aluno...eu assumi a coordenação no começo do ano e já com esse contrato também. Então esse ano basicamente eu fiquei na coordenação dando apoio institucional. Resolvendo todos os problemas aqui. Representando a entidade e incubando essa cooperativa. Quando a gente começou no começo do ano passado a gente estava em 15 alunos. A galera saiu sabe? Por que achava que o empreendimento nunca dava certo. E aí o pessoal foi desistindo. E aí ficou eu e mais dois alunos. E aí fomos nós três que incubamos essa cooperativa esse ano.

Na fala “Eu assumi a coordenação no começo do ano”, o entrevistado utiliza a palavra “coordenação” para designar um cargo dentro da entidade estudantil. A ideia de haver um cargo

superior aos demais, responsável pelo controle da incubadora remete ao conceito de gerência científica, trabalhado por Braverman (2014). Este fato demonstra a transformação das relações sociais presentes dentro da ITCP-FGV, com relação a sua fundação, em que os membros não se distinguiram em cargos, mas em funções. É a partir do princípio da gerência que se dá a divisão do trabalho dentro da organização e, portanto, é possível concluir que o princípio da autogestão não estava presente na incubadora. Além disso, é possível observar, na fala de Leonardo Félix, a presença do princípio da divisão do trabalho.

Quando a gente chegou o Felipe tinha montado uma engenharia que funciona meio como um pacto federativo. Ele dividiu a cooperativa em alguns programas. Cada programa tinha certa autonomia. Para buscar projetos. Cada programa tinha que se virar para captar recurso e etc. Era um modelo de liderança. Depois eu posso te mandar um documento que explica melhor.

Eu não sei como te falar. Assim antes de tudo isso que está acontecendo e dessa separação dos técnicos saírem. Isso que eu te falei que o BNI também está saindo. A gente tinha uma relação harmoniosa, nunca tivemos conflitos. Em termos institucionais esses programas não tinham muito ponto de contato. O próprio BNI tinha uma atuação que a gente não sabia o que estava acontecendo. Não era uma atuação articulada. Tanto que acaba que os relacionamentos também se distanciaram. Não tinha conflito, mas também não tinha soma.

Na primeira fala do entrevistado, fica evidente o princípio que caracteriza o modo de produção capitalista e a sua organização: a divisão do trabalho. A divisão do trabalho se difere, neste caso, da divisão social do trabalho. Além disso, é possível notar que o Leonardo Félix se refere ao técnico Felipe Bannitz no que se refere à tomada de decisão sobre a estrutura organizacional da organização, demonstrando a relação de poder estabelecida internamente à incubadora. O técnico exercia seu poder sobre o grupo, tomando decisões que, numa organização autogestionária, deveriam ser tomadas pelo coletivo.

Na segunda fala, também é possível notar que o princípio da divisão do trabalho estava presente na incubadora, já que, as atividades da organização eram divididas em três projetos distintos: a atividade dos técnicos, a atividade da concessão de microcrédito e assessoria, e o programa de aceleração técnica. Este processo de parcelamento das tarefas tem como principal consequência a separação entre a concepção e execução, “o processo de trabalho é agora dividido entre lugares

distintos e distintos grupos de trabalhadores” (Braverman, 2014, p. 112). Assim, as “unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante” (Braverman, 2014, p. 113). Ou seja, havia, neste processo, um grupo de pessoas (técnicos) responsável por pensar as atividades do grupo, enquanto estas eram executadas pelos alunos nos dois programas. A fala “O próprio BNI tinha uma atuação que a gente não sabia o que estava acontecendo” demonstra a falta de capacidade de pensar a organização como um todo.

Apesar disso, o entrevistado afirma que a ITCP-FGV trabalhava “a ideia da autogestão” nos grupos incubados. Assim, o autor incorpora o texto da autogestão, com o objetivo de fazer alusão a este princípio. No entanto, o conceito de autogestão não está presente na fala do entrevistado, tornando o seu discurso contraditório e a própria atuação da incubadora limitada. Visto que, “um elemento essencial da metodologia da incubadora é a sua própria cultura organizacional” (Machado, 2014, p. 29).

Dessa cooperativa que a gente pegou... Nossa, foram muitas dificuldades. Está sendo ainda. Eu acho que é tipo assim... São os problemas de relacionamento que a cooperativa tem. Quando a gente chega lá eles vêm a gente meio como a salvação. E na verdade...no começo não foi assim, foram três meses de construção de laços de confiança. Aí depois a gente começou a fazer o trabalho junto. E aí todos os problemas da cooperativa chegam a mim. Briga de marido...assim, na cooperativa o presidente...tem um casal meio que lidera a cooperativa. E eles brigam entre eles, brigam com os cooperados. O maior desafio são essas relações mesmo. Trabalhar a ideia da autogestão mesmo. Nessa cooperativa não existe mesmo uma autogestão. E aí a gente trazer isso. A ideia de a gente trazer isso e começar a avançar. E o presidente se incomoda e boicota. Então são vários os desafios desse tipo.

A divisão do trabalho em departamentos é uma característica que também pode ser observada na fala de Graziela Larissa, atual integrante da entidade estudantil.

Ah...assim...tem um grupo de trabalho aqui na ITCP...tem o gt de RP...relações públicas...que vai fazer o contato interno com algum parceiro no sentido de poder estar ajudando a incubadora...aí tem outro grupo de trabalho q é da Sociedade Santos Mártires q atua mais no campo...o Mercosol...e a hora da horta q atua mais no campo também...e tem do espaço...marketing...financeiro...e eu optei pelo campo porque eu queria pôr a mão na massa...aí com o tempo eu vou entendendo

q o grupo de trabalho é muito importante pra conciliar...o legal é q a gente fica compartilhando...um complementa o outro...então não fica nada fechado num grupo de trabalho...então q num grupo de estudo pode complementar a teoria na prática e trocar essa experiência...acho q é legal.

A importância do coletivo dentro da ITCP-FGV fez com que se construísse, sobretudo no princípio da organização, uma identidade dentro do grupo. Tanto Shanna como Marcus Vinícius enfatizam a importância do processo de construção identitária dentro da organização. Isto é, um espaço único na EAESP-FGV, em que os membros podiam desenvolver um conjunto de valores e crenças características da economia solidária. A passagem a seguir demonstra esta característica da Incubadora naquele período.

Eu acho que o principal valor era a democracia. A gente focava muito em tudo ser democrático e autogestionário. Tudo para a gente tinha que ser feito de forma democrática e autogestionária. Como eu falei, a gente estava firmando ao conceito de economia solidária na nossa cabeça e na GV. A gente levava isso muito a sério. Então tudo tinha que ser feito assim. A ponto até de demorar um pouco as coisas por que a gente não sabia muito o limite. A gente sabia que era importante colocar regras, mas acabava que a gente que a preocupação era tão grande quando a gente é democrática e tal. Acho que até desorganizado um pouco. Mas acho que faz parte. Faz parte também da fase que a gente estava passando até para a gente aprender.

No período em que havia o corpo técnico na ITCP-FGV, formaram-se dois grupos sociais: os técnicos e os alunos. Na fala de Leonardo Félix, esta divisão aparece com maior ênfase.

Eu entrei e nos primeiros seis meses eu fiquei incubando um grupo lá de Santos junto com os técnicos. Junto com a Cris. Eu fiquei seis meses lá. Na verdade, eu incubei duas cooperativas, ajudei a incubar. O processo já estava rolando e eu só dei uma assessoria técnica. Aí depois no outro ano a gente montou um programa só de alunos. Por que tinham os técnicos e a gente não tinha muito espaço para trabalhar com os técnicos. A gente “Vamos montar um programa aqui dentro só de alunos.”. E aí a gente fez isso que você falou no começo. A gente foi procurar cooperativas para a gente incubar. Sem cobrar nada. Mais pela experiência mesmo. A gente queria um grupo nascendo, pegar todo o processo. E aí a gente começou isso no ano passado. Não deu muito certo no começo. A gente achou

umas cooperativas, mas não dava certo. E até que a gente conseguiu uma cooperativa que é de arte reciclada. Eles fazem peças decorativas com material reciclado. E a gente começou a assessorar eles a partir do meio do ano passado. E aí eu meio que liderando esse processo. E aí no começo do ano a gente conseguiu um contrato. Um financiador para essa incubação. (Grifo próprio).

Nesta fala do entrevistado, é evidente a hegemonia (Gramsci, 1874) que um grupo social composto pelo corpo técnico possui sobre o grupo social composto pelo corpo discente: “Porque tinham os técnicos e a gente não tinha muito espaço para trabalhar com os técnicos”. É importante ressaltar ao leitor que, o conceito de hegemonia de Gramsci se diferencia do conceito de dominação, em que há o uso da coerção física. No entanto, ambos os conceitos estão relacionados, de maneira quase dialética. Na fala de César, é possível notar que o grupo constituído pelos técnicos era liderado por Felipe Bannitz.

Eu ia fazer visita para alguns incubados junto do Felipe e o Henrique Melo que era outro técnico (...). Então a gente tinha o banco de trocas solidárias. Era o banco que funcionava na feira de troca ali no centro, no Glicério que o Felipe tinha encabeçado (...). O Felipe chegou a ajudar muito Banco Bem lá de Vitória. Um banco super bem-sucedido também. (Grifo próprio).

Na fala acima de César, é possível perceber que as incubações eram realizadas pelos técnicos, e os alunos tinham papel secundário no processo, chegando a haver uma relação paternalista entre técnicos e estudantes. A segunda fala torna evidente a relação de poder e dominação que se estabeleceu na incubadora entre técnicos e alunos. Isto se deu, em função do acúmulo de informações e conhecimentos que os técnicos tinham e os estudantes de graduação não. Quando a Paola questiona César sobre se “não teve nenhum projeto com banco comunitário? ”, o entrevistado afirma “Lembrei. O Felipe chegou a ajudar muito Banco Bem lá de Vitória. Um banco super bem-sucedido também”. No âmbito micro da análise do discurso, nota-se que César se refere ao Felipe na resposta, e não à Incubadora. No âmbito macro, fica evidente, mais uma vez, a capacidade que o técnico Felipe Bannitz tinha na época de exercer sua autoridade assumindo a frente dos projetos da organização, chegando a ser confundido com a mesma. Diante desta fala, percebe-se que o técnico Felipe Bannitz é, segundo César, o agente da ação, de modo que, os outros participantes são ignorados nos processos de incubação em Vitória.

“O Felipe tinha uma visão muito forte de que o banco comunitário faltava um braço de incubadora que eles apoiar os empreendimentos que os bancos que emprestavam dinheiro. Ele achava isso fundamental. Depois que eu saí os meninos montaram o BNI – Banco de negócios inclusivos, que tinha um pouco essa proposta de fazer isso”.

É possível notar a influência que o técnico Felipe Bannitz tinha na incubadora. De acordo com César, foi a partir de uma visão dele que surgiu, tempos depois, o Banco de Negócios Inclusivos (BNI). Mais uma vez, nota-se a presença forte de Felipe nas decisões da organização, e sua influência sobre o grupo. Aqui, é possível perceber que os receptores do discurso de Felipe acerca da necessidade de “um braço de incubadora que eles apoiar os empreendimentos que os bancos emprestavam dinheiro” foi aceito pelos receptores, por se tratar de uma opinião de alguém confiável, com o domínio do saber técnico. Trata-se do controle da mente dos membros da incubadora.

É possível concluir, a partir da análise das entrevistas, que os discursos dos (as) integrantes e ex-integrantes da entidade estudantil são influenciados pelo entorno da organização, seja a EAESP-FGV, a Rede de ITCP's, ou ainda outras organizações presentes na vida cotidiana das pessoas que constituem a Incubadora como, por exemplo, a família, a escola, etc. O mundo está dominado por organizações burocráticas, ao passo que, a construção de um contradiscurso, dentro de uma escola de administração de empresas, enfrenta diversas barreiras e dificuldades, que se reproduzem nos discursos dos (as) integrantes.

7.2 Análise da semiótica

Nesta etapa do trabalho, busca-se compreender as transformações que os signos da ITCP-FGV sofreram ao longo de sua história. O conceito de signo está intrinsecamente relacionado ao conceito de ideologia, já abordado nesta pesquisa. De acordo com Bakhtin (2006, p. 29), “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologias”. Utilizando os exemplos do próprio autor citado acima, a foice e o martelo são signos. Ambos são instrumentos de produção que, ao incorporarem sentido puramente ideológico, tornam-se signos. O pão e o vinho, por outro lado, são produtos de consumo que, ao incorporarem significados (pão é o corpo de Cristo e o vinho seu sangue), tornam-se signos. Uma imagem artístico-simbólica, por fim, quando ocasionada por um objeto físico, este se torna um produto ideológico e, conseqüentemente, um signo. Portanto, as

análises da semiótica a seguir têm como objetivo compreender a formação ideológica da ITCP-FGV, nas diferentes fases e etapas de desenvolvimento.

7.2.1 ITCP com os técnicos

Figura 04: Logomarca da ITCP-FGV no período em que os técnicos ainda não haviam sido desligados.



Fonte: Página da ITCP-FGV em rede social.

Nesta parte do trabalho, será feita uma análise do discurso da ITCP-FGV no período em que o corpo técnico ainda não havia se desligado da entidade. Neste período, a organização estava crescendo em número de projetos e, portanto, em volume de recursos negociados. É possível notar que o desenho da imagem se aproxima ao desenho da imagem de uma empresa. Se, no início, havia, por parte dos integrantes, a necessidade de se construir um contradiscurso, capaz de contrapor, por meio de práticas discursivas, o discurso hegemônico da administração e da gerência, aqui, a entidade estudantil se torna parte da FGV. Esta estratégia discursiva é certa, quando é considerado os rumos que a organização tomou. A partir disso, faz-se necessário compreender os motivos pelos quais houve essa transformação discursiva.

A criação do ISES, em 2013, nos permite analisar a ITCP-FGV neste período. Fica evidente que a organização estava crescendo, já que o ISES surge com o fim de mediar os contratos firmados com as organizações empresariais financiadoras. Isso se deu em função do excesso de burocracia no firmamento dos contratos, quando intermediados pela EAESP-FGV. Neste período, portanto, a ITCP-FGV constrói, estrategicamente, um discurso em que aparece como um órgão da

FGV, como é possível analisar na imagem acima. O uso da imagem da instituição facilita o diálogo com as empresas e, portanto, o firmamento de contratos cada vez maiores.

7.2.2 ITCP atual

Figura 05: Representação do cartaz do processo seletivo da ITCP-FGV atual.



Fonte: Página da ITCP-FGV em rede social.

Nesta etapa, será feita uma análise do discurso presente no cartaz de divulgação do processo seletivo 2015/2016, da ITCP-FGV. As entidades estudantis da EAESP-FGV enfrentam um desafio comum, inerente ao ambiente acadêmico da instituição: a alta rotatividade dos membros, que pôde ser observada nas entrevistas analisadas anteriormente. O período de graduação em administração pública e de empresas é de 4 anos, sendo que, deste período, o último ano é dedicado

ao estágio profissional. Além disso, muitos estudantes optam por participar do programa de intercâmbio, no meio deste período. Este contexto impossibilita que os membros da entidade permaneçam por um período extenso, tornando a rotatividade de alunos dentro da organização alta.

Neste período, a ITCP-FGV já passou pelo processo de reestruturação, ocorrido em 2013 e 2014. Portanto, nesta imagem, é possível analisar qual foi o discurso hegemônico que prevaleceu durante este processo. Dentro do círculo central, é possível identificar as seguintes palavras: desenvolvimento local; horizontalidade; economia solidária; sentir; cooperação; ressignificação; autoexpressão; comunidade; autenticidade; diálogo; troca de saber; pesquisa aplicada; escutatória; inovação; cores e campo. Este conjunto de princípios e valores estão legitimados por uma ideologia que surge condicionada por práticas sociais. Esta ideologia ligada à autogestão, economia solidária, e cooperação se aproximam do discurso de ex-membros da ITCP-FGV, que participaram da formação da entidade como, por exemplo, Marcus Vinícius Peinado Gomes.

As palavras diálogo e escutatória estão relacionadas à formação que a ITCP-FGV teve com uma parceria estabelecida com a Escola de Diálogos, através do consultor e ex-membro da entidade estudantil César Matsumoto e de um curso ministrado por Arnaldo Bassoli, na EAESP-FGV. Estes conceitos fazem referência a uma relação caracterizada pelo respeito mútuo e pela compreensão durante o diálogo, de modo que, os membros envolvidos se relacionam, deixando em suspensão todos os preconceitos e estereótipos construídos socialmente até então. Esta prática social é fundamental para que uma organização consiga se autogerir, à medida que, esta forma de gestão se ancora no consenso.

As palavras campo, pesquisa aplicada, e comunidade surgem como uma incorporação do discurso reproduzido no curso de administração pública da EAESP-FGV e também no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG). A construção deste discurso se deu a partir dos alunos de administração pública, tornando-o hegemônico dentro da organização, de modo que, atualmente, há a área de pesquisa de campo, em que os estudantes saem do ambiente da EAESP-FGV e convivem com as comunidades e seus problemas reais. Neste contexto, surge o conceito de desenvolvimento local, que, durante o processo de ressignificação da entidade, se tornou no grande pilar de atuação.

Uma palavra importante que surge neste emaranhado de discursos carregados de sentidos é inovação. A palavra inovação está fortemente presente nos discursos legitimadores do processo capitalista, tornando-se, portanto, um princípio fundamental para o seu desenvolvimento, engendrando um fenômeno denominado, por Fontenelle (2012), culto ao novo. Para a autora, houve uma ressignificação do discurso da inovação na literatura sobre gestão, se associando a uma mudança permanente, e não a uma mudança localizada no processo de transformação organizacional. O papel da inovação no desenvolvimento capitalista é colocado por Fontenelle, com base em Schumpeter (1982), como a força transformadora do capitalismo.

No atual estágio do capitalismo, a inovação adquire novos sentidos com o fenômeno da obsolescência programada, que torna a ideia de criação de novos produtos e marcas central para o mercado como, por exemplo, o caso da indústria tecnológica. Este fenômeno atribuiu ao discurso da inovação um caráter permanente, e não centrado em um processo de transformação organizacional. Deste modo, a inovação busca, segundo Gorz (2005, p. 11) “conferir às mercadorias o valor incomparável, imensurável, particular e único de obras de arte...”. Esta necessidade do capitalismo impõe o culto ao novo e à mudança, que precisa estar, sempre, em movimento. Portanto, o discurso da inovação, conforme mostra Fontenelle (2012), está intimamente relacionado com a construção social do capitalismo, se contradizendo com o discurso da economia solidária, também presente no texto analisado.

Sobre o círculo, está a frase “A mudança em movimento”. Este enunciado pode fazer referência a uma possível mudança no entorno da organização, seja pela EAESP-FGV, ou pela comunidade da região da Bela Vista. Há, no entanto, outra interpretação em que a mudança se dá dentro dos membros, assim como ocorre nas associações. Há, ainda, um objeto físico particular – cata-vento – que remete a uma imagem artístico-simbólica e, no contexto do discurso, incorpora uma série de sentidos, tornando-se, portanto, um produto ideológico e, conseqüentemente, um signo (Bakhtin, 2006).

No canto superior direito do anúncio, estão os apoios à ITCP-FGV: a LIDEN e a Piktochart. A LIDEN é uma organização estudantil formada por estudantes da FGV e membros de entidades estudantis como, por exemplo, o Diretório Acadêmico; a Gazeta Vargas; a Júnior Pública; a Empresa Júnior; e a própria ITCP-FGV. A Piktochart, por sua vez, é um aplicativo que facilita a

criação de gráficos informativos. O apoio dado pela LIDEN remete a um tipo de relação entre a ITCP-FGV e seu entorno diferente do tipo de relação que havia, quando a Incubadora estava em seu processo de formação. Entretanto, nota-se que não há apoio por parte da Rede de ITCP's ou por parte de outras ITCP's da região sudeste como, por exemplo, a ITCP-USP ou a ITCP-UNICAMP. Portanto, é possível concluir que a ITCP-FGV ainda possui uma relação distante do movimento de economia solidária brasileiro e do movimento de ITCP's, assim como ocorria durante o período caracterizado pela profissionalização da entidade estudantil.

Faz-se necessário analisar, também, o título do cartaz: “Jornada de seleção”. O sentido que compõe a palavra seleção também está presente em outros cartazes de outras entidades estudantis como, por exemplo, Empresa Júnior da Fundação Getulio Vargas. No entanto, as duas organizações possuem discursos diversos que apontam para a construção de sentidos diversos. Ou seja, apesar das diferentes construções discursivas, ambas as entidades estudantis se utilizam da mesma linguagem para se referir a um processo de renovação de membros, já que o público-alvo, apesar de apresentarem características diferentes, estão inseridas em um mesmo contexto social: uma escola de administração. Esta inserção das práticas autogestionárias, ao se inserirem na lógica capitalista, passam a incorporar seus discursos e, portanto, suas práticas sociais, já que, como já foi discutido neste trabalho, o discurso constrói a realidade social.

“(…) o conhecimento de mundo, embebido pelos valores do capitalismo, se torna uma grande barreira para um projeto autogestionário que negue todas estas ideologias, como estas passam despercebidas acabamos tomando posturas incompatíveis com a autogestão.” (Gomes, 2005, p.25).

Os discursos, de acordo com Blikstein (2006), são dialógicos e possuem, portanto, duas orientações: uma para o receptor da mensagem e outra para outros discursos. Se este discurso fosse analisado como um discurso monológico, o sentido do texto seria claro, não deixando margem para dúvidas: a ITCP-FGV é uma entidade estudantil cuja atuação se orienta para um novo tipo de organização, alternativa à organização burocrática e capitalista. No entanto, os discursos dialogam com outros discursos, através do fenômeno da intertextualidade, e possuem diferentes vozes, sem que haja, necessariamente, a predominância de uma delas. Portanto, faz-se necessário, a partir dos conceitos de dialogismo, intertextualidade e polifonia, analisar o texto em questão.

No texto visual acima, chama a atenção do receptor o grande número de palavras que busca transmitir a mensagem de que a ITCP-FGV é caracterizada pela horizontalidade, economia solidária, autenticidade, etc. Por qual motivo, entretanto, a organização estudantil utiliza, em seu discurso, a estratégia de superlativar tais características, através da repetição de palavras (a palavra horizontalidade, por exemplo, aparece três vezes)? O fato de a ITCP-FGV estar inserida em uma escola de administração de empresas, cercada por entidades estudantis que reproduzem métodos burocráticos de se organizar, faz com que ela opte por essa estratégia, com o fim de reforçar sua imagem como uma organização estudantil diferente das outras. Assim, constrói-se, diante deste discurso, vozes que se contrapõem: horizontalidade vs hierarquia; inovação vs tradição; capitalismo vs economia solidária; comunidade vs mercado; competição vs cooperação.

Conclui-se, a partir desta análise, que o discurso da ITCP-FGV é um discurso de negação à própria EAESP-FGV, na medida que, o texto analisado se constrói através de vozes que se contrapõem, na maioria dos casos, às vozes da Escola. No entanto, como foi observado por Gomes (2005), o contexto em que a ITCP-FGV está inserida dificulta a construção de seu discurso de negação ao modelo capitalista, de modo que, a organização passa a incorporar, em seu discurso, discursos característicos do mundo dos negócios como, por exemplo, o discurso da inovação. Esta dificuldade pode ser percebida, também, na necessidade de se optar pela estratégia de superlativar esta diferença com relação às outras entidades estudantis, através do grande número de palavras cujos sentidos remetem a uma lógica contrária à lógica capitalista.

8. A experiência na Incubadora¹⁶

Dedico esta parte do trabalho, para fazer uma análise da minha própria construção discursiva, com base no período em que integrei a ITCP-FGV (setembro de 2013 – outubro de 2014). O objetivo é compreender, a partir de um discurso próprio, as relações de poder e dominação que estiveram presentes na entidade estudantil durante a fase em que estive presente. Nesta época, a ITCP-FGV estava passando por um processo de reestruturação, já que, o corpo técnico e o BNI-FGV estavam se desligando da ITCP-FGV e, portanto, da própria estrutura da EAESP-FGV. Por se tratar de um relato próprio, esta análise não está isenta, assim como todas as outras, de posicionamentos, ideologias, interesses e percepções pessoais.

No início do processo de ressignificação da entidade, o grupo era composto por Ana Beatriz, Eloá, Julie, Leonardo, Letícia, Lucas, Marcela, Priscilla, Victoria e por mim. Leonardo F. e Lucas Djin já integravam a Incubadora, quando o corpo técnico ainda estava presente. Eram os veteranos da turma, portanto. Em função disso, os outros integrantes do grupo, no início, não compreendiam o que era a ITCP-FGV ou ainda, conceitos básicos de economia solidária como, por exemplo, autogestão, cooperativismo e Rede de ITCP's. Num primeiro momento, portanto, o grupo decidiu realizar uma viagem ao Pará, sob orientação de um consultor autônomo e ex-integrante da ITCP-FGV César Matsumoto, com o fim de buscar significações novas para a organização, já visando a futura atuação da entidade.

Nesta etapa, por influências de César e Arnaldo, outro consultor autônomo da Escola de Diálogos, foram realizadas formações com o grupo, cujo tema principal era o diálogo. Assim, iniciou-se um processo de estudos e formações sobre as práticas de diálogo, em que foi abordado conceitos como, por exemplo, escutatória, presente até hoje no discurso da ITCP-FGV. Neste período, as atividades da organização não atingiam o seu entorno e tinham como público-alvo tão somente seus próprios integrantes, se aproximando de uma forma organizacional associativa. A viagem ao Pará marcaria um rito de passagem dentro da organização, em que nos transformaríamos, de fato, em integrantes da ITCP-FGV. E assim foi, tanto que, ao final da viagem, César foi considerado, pelo grupo, como mais um integrante, com uma única diferença: ele não era aluno, estava lá como um consultor, recebendo por seu trabalho.

¹⁶ Esta parte do trabalho foi inspirada no trabalho de Bresler (2000).

A viagem foi um momento único. Pudemos conviver com diferentes realidades e saberes. Conhecemos comunidades ribeirinhas próximas à cidade de Santarém. A conexão foi tão grande que Priscilla recebeu, de uma curandeira de uma das comunidades, um colar, cujos significados transcendiam nossa capacidade de compreensão. Fizemos várias reuniões com o fim de chegar em São Paulo com uma única decisão: a atuação da ITCP-FGV. Entretanto, muitos desafios surgiram. Alguns estavam buscando um lugar para aplicar o conhecimento técnico-científico aprendido em sala de aula, outros estavam buscando um espaço de diálogo, cujos objetivos visavam a um tipo de racionalidade substantiva. De modo implícito, podia ser identificado as construções de dois discursos que puderam ser analisados nas entrevistas: da administração de empresas e da administração pública. Não atingimos o objetivo e, portanto, voltamos com esta tarefa a cumprir.

Ao retornar à São Paulo, as reuniões se seguiram e os conflitos começaram a aumentar. Havia, por um lado, uma grande discussão que envolvia os dois integrantes mais antigos da ITCP-FGV, Lucas Djin e Leonardo Félix. Enquanto o primeiro tentava demonstrar os limites e desafios de se organizar de forma autogestionária, o segundo buscava fortalecer o princípio da autogestão dentro do grupo. Por outro lado, havia grande insatisfação por parte de integrantes mais novos como, por exemplo, Victoria e Ana Beatriz, com a falta de transparência na gestão de Leonardo, já que ele ocupava, à época, o cargo de coordenador. Havia, portanto, uma contradição entre a fala e a *práxis*¹⁷, à medida que, a ausência de transparência e a centralização das informações vão em direção contrária à construção de um discurso autogestionário.

Neste momento, minha relação com Leonardo era muito próxima. Constantemente, ele fazia referência a nossa relação como uma relação entre mestre e aprendiz, utilizando-se da metáfora “passar o bastão”. Bastão, neste caso, era uma alusão ao cargo de coordenação. A relação aqui se aproximava à relação presente entre pai e filho. A figura do pai, estava lá presente. Era o Leo quem resolvia os trâmites burocráticos, as questões complexas, os entraves com a instituição, as coisas de “adulto”, enquanto os outros integrantes pensavam na atuação da ITCP-FGV. A reprodução da relação pai/filho na entidade não é nova no Brasil. A figura do pai nas relações políticas é um

¹⁷ O conceito de *práxis* é utilizado por Marx em “A ideologia alemã”, para fazer uma crítica aos novos hegelianos que ganhavam expressão na Alemanha e utilizavam, em suas críticas à filosofia de Hegel, o idealismo por ele desenvolvido. A ideia de *práxis* está relacionada à atividade humana, ou seja, a produção dos indivíduos. É neste contexto que se desenvolve a ideia do materialismo: “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material” (Marx, 1977, p. 36).

fenômeno histórico no nosso país. Como afirma Bresler (2000, p. 181) “Desde o início de nossa história a figura do pai aparece mediando as relações políticas, tanto no caso da imagem do 'pai dos trabalhadores', quanto no próprio rito de independência, a população é colocada (e retratada como vimos no capítulo anterior) em posição de dependentes. ”.

Em meio a estes conflitos e desentendimentos, Victoria e Ana Beatriz se desligaram da ITCP-FGV, com o fim de seguir seus próprios caminhos. O resto do grupo, entretanto, permaneceu na entidade para que a organização pudesse, um dia, caminhar com suas próprias pernas. Após muitas reuniões e diálogo, chegou-se à conclusão de que a Incubadora atuaria com desenvolvimento local, tendo como público-alvo a própria comunidade da Bela Vista, em que a EAESP-FGV está inserida. Esta ideia surgiu de uma conversa que o grupo teve com o professor pesquisador Peter Kevin Spink. A frase “Aprender a partir da experiência” ainda não saiu de minha cabeça. Certamente, esta conversa foi um momento chave na reconstrução da ITCP-FGV. Outras conversas, com outros (as) professores (as) foram fundamentais para o desenvolvimento da entidade, como o professor Mário Aquino Alves, Isabela Curado, Fernando Burgos, Marcus Vinícius e Edgard Barki.

Neste período, com a ITCP-FGV se consolidando, eu, a Priscilla e a Letícia fomos ao Encontro Sudeste da Rede de ITCP's. Essa foi, sem dúvidas, uma das experiências mais ricas que tive durante a graduação. Ter o contato com outros estudantes preocupados em desconstruir as relações de poder e dominação impostas pelas organizações burocráticas foi essencial. Neste evento, pudemos perceber que a ITCP-FGV sofria um certo preconceito, em função da imagem construída no período em que os técnicos ainda estavam presentes. Diferente das outras incubadoras, a ITCP-FGV era a única, dentro da Rede de ITCP's que firmava contratos com organizações privadas. Esta prática não era bem vista no meio do movimento de economia solidária.

Ao retornar, nós, que havíamos participado do encontro, propomos maior integração com as outras ITCP's, até porque, eles se mostraram bastante solícitos e compreensíveis com a situação que estávamos passando. No entanto, o grupo não aceito de maneira positiva esta ideia e continuamos a nossa caminhada rumo à atuação dentro da Bela Vista, com o objetivo de promover desenvolvimento local na região. O projeto do Mercosol era tocado pelo Leo, apenas, enquanto o resto

do grupo direcionava seus esforços no projeto da Associação Sociedade Santos Mártires, que contava com o apoio do CEAPG-FGV. O escopo, então, mudou da Bela Vista à Zona Sul de São Paulo.

Com o passar do tempo e a dificuldade de se adaptar às organizações, decidi sair da ITCP-FGV. Neste período, já havíamos feito um processo seletivo que possibilitou a entrada de novos membros à organização. Então, o projeto da Santos Mártires continuou e a ITCP-FGV passou a andar com suas próprias pernas. Atualmente, entretanto, muitas pessoas saíram da entidade e, em função disso, um novo processo seletivo está acontecendo. Agora, graças aos esforços de todas e todos os ex-integrantes da ITCP-FGV, ela caminha com suas próprias pernas.

9. Conclusão

9.1 Análise

A partir do desenvolvimento deste estudo, conclui-se que os discursos refletem o entorno das organizações. Todos os textos e falas reproduziram as relações que a entidade estudantil possui com o meio em que está inserida, através de um processo intertextual. Por exemplo, a incorporação de discursos da administração de empresas como o discurso da inovação, é fruto do contexto em que a organização está localizada. Deste modo, o constante diálogo com o discurso reproduzido pela EAESP-FGV demonstra como o meio é determinante na construção discursiva. Por outro lado, há também o movimento contrário, ou seja, as práticas discursivas determinando o meio em que estão inseridas. Por exemplo, foi a partir da experiência dentro da ITCP-FGV que o ex-integrante da entidade estudantil Marcus Vinícius Peinado Gomes trilhou uma trajetória acadêmica, dentro da própria EAESP-FGV, com base nos estudos organizacionais críticos, de modo que, sua produção acadêmica, molda a Escola, atribuindo-lhe uma perspectiva crítica sobre a ciência administrativa e o discurso da burocracia.

Outro aspecto que chamou a atenção do autor foi a reprodução de discursos, ainda que em diferentes momentos da ITCP-FGV. Dentre eles, destaca-se a fala sobre a construção identitária do grupo, dentro da EAESP-FGV. Desde o início até os dias de hoje, a entidade estudantil representa um espaço que se desenvolve a partir de uma identidade, de modo que, os (as) integrantes constroem, a partir disso, relações de amizade e afeto muito fortes entre si. Este ambiente, por consequência, é caracterizado por relações de dominação com base no poder carismático, culminando em relações paternalistas. Em espaços como esse, a figura do pai aparece como fonte de poder, capaz de construir, dentro da organização, práticas sociais hierárquicas, dificultando a construção de um discurso autogestionário.

Com a entrada do corpo técnico, no entanto, foi possível identificar relações de poder e dominação com base no saber científico. Engendrou-se, a partir do discurso da gerência científica, uma relação hegemônica entre o grupo social composto pelos técnicos de incubação e o grupo social composto pelos alunos e alunas. A partir disso, a ITCP-FGV passou a ser guiada pelos técnicos, assumindo um papel distante daquele que exercia no período de sua formação, chegando a firmar grandes contratos com grandes empresas privadas como, por exemplo, o HSBC. Neste

momento, é possível visualizar a incorporação do discurso da burocracia no discurso da entidade estudantil, o que demonstra o caráter contraditório de seu discurso.

Por fim, ao analisar diferentes construções discursivas, chegou-se à conclusão de que o cooperativismo é um significante sem significado e, portanto, o processo de significação do conceito abrange um vasto conjunto de sentidos, tornando o conceito obscuro e difícil de ser compreensível. A partir disso, emerge um campo de disputa que contempla diversos atores dos três setores (governo, mercado e sociedade civil).

9.2 Limites da pesquisa

Cabe ao autor reconhecer as limitações deste trabalho, que, apesar dos esforços, não são poucas. No projeto desta pesquisa, tinha-se como objetivo estudar as seguintes organizações: Cooperacs; Cooper Viva Bem; Cooperativa Bom Sucesso; ITCP-FGV; ITCP-UNICAMP e ITCP-USP, a partir de pesquisas de campo, cujo referencial metodológico seria “O pesquisador conversador no cotidiano” de Peter Kevin Spink (2008).

A ideia inicial do presente trabalho é utilizar como objetos de estudo as três cooperativas apresentadas, entretanto, o estudo pode se desenvolver para as respectivas incubadoras, com o fim de analisar as influências exercidas na construção discursiva das cooperativas, durante o processo de incubação.

No entanto, o presente estudo se limitou a analisar apenas a ITCP-FGV, em função das facilidades, no que tange ao acesso à materiais de pesquisa, como entrevistas e outras formas de discurso. Sendo assim, não foi possível estudar como os processos de incubação influenciam na construção discursivas das organizações incubadas. Além disso, em função da ausência de pesquisa de campo, também não foi utilizado, como referencial metodológico, o texto de Spink (2008).

Outra limitação que este estudo apresenta é o baixo desenvolvimento da obra de Max Weber (1864-1920). No projeto desta pesquisa, buscava-se compreender sua obra com base nos estudos sobre os seus conceitos de poder e dominação. No entanto, este objetivo não foi completado. Utilizou-se, para suprir esta deficiência, a conceituação de Motta (1986).

Por fim, vale ressaltar que este trabalho não contribuiu com o direcionamento a uma nova forma organizacional, alternativa às organizações burocrática e autogestionária. No início, buscava-se desenvolver o conceito de gestão social, entretanto, esta etapa do trabalho não foi possível. Apesar de este trabalho criticar a teoria das organizações, não foi apresentada nenhuma alternativa, caracterizando uma das grandes limitações deste projeto.

Portanto, apesar dos esforços do autor, este trabalho está incompleto. Desculpe-me caro leitor por estas limitações. Fica, porém, de aprendizado para as próximas pesquisas, os erros aqui cometidos.

10. Referências bibliográficas

ALVES, M. A.; BLIKSTEIN, Isidoro. Análise de Narrativas. In: Godoi, Christina Kleinübig; Rodrigo Bandeira-De-Melo; Anielson B. Silva. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, v., p. 403-428.

ARISTÓTELES. “La Política”. In: Obras. Madrid, Ed. Aguilar, 1967. Liv. III, cap. 10, p. 1470.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Ed. Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 12ª edição, HUCITEC, 2006.

BENVENISTE, E. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes. 1985.

BLIKSTEIN, Izidoro. Fernando Motta, Superlativos e o Discurso das Organizações Administrativas. 30º Encontro do ANPAD. Salvador/ BA – Brasil. 2006.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição de 1988. Lei nº 5.763, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX / Harry Braverman; tradução de Nathanael C. Caixeiro. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BRESLER, Ricardo Rocha Brito. A administração e o Brasil: as figuras do gestor, do colonizador e a imagem paterna. São Paulo: EAESP-FGV, 2000. X+231 p. (Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação da EAESP-FGV. Área de concentração: Organizações, Recursos Humanos e Planejamento).

COLE, G. D. H. A century of Co-operation. Manchester, Co-operative Union Ltd., 1944.

DINIZ, M. Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBOIS, J. et alli. (1995). Dicionário de Linguística. São Paulo: Cultrix.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes Editores. 1987.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. A ideologia alemã. Tradução de Jose Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira. São Paulo : Grijalbo, 1977.

FIORIN, José Luiz. Polifonia Textual e Discursiva. In: Barros, D.L.P. e Fiorin, J.L. Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: Em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP. 1994.

FONTENELLE, Isleide. Para uma crítica ao discurso da inovação: saber e controle no capitalismo do conhecimento, 2012.

FSM. Fórum Social Mundial. Ver em: <https://fsm2015.org/pt-pt/o-que-e-o-forum-social-mundial>. Acessado em 30/07/2015.

FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber Petrópolis: Vozes. 1972.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e Punir; nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 126-7.

FREEMAN, Jo. A tirania das organizações sem estrutura, 1970. Disponível em <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>. Acessado em 15/09/2014.

GARFINKEL, H. (1967). Studies in Ethnomethodology. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado. Autogestão: uma busca pela saída das Maravilhas. Trabalho de Estágio apresentado ao curso de Graduação em Administração da FGV-EAESP. Área de concentração: Teoria das Organizações e Administração Pública. São Paulo, 2005. 4

GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, António. Obras escolhidas. Instituto Gramsci. Editorial Estampa, Lda. 1974.

GRIGGS, Steven e HOWARTH, David. New environmental movements and direct action protest: the campaign against Manchester Airport's second runway. Discourse theory and political analysis

– identities, hegemonies and social change. Org. David Howarth, Aletta J. Norval e Yannis Stavrakakis.

HEGEL. Principes de la Philosophie du Droit. Paris, Éd. Gallimard, 1940.

IÑIGUEZ, Lupicínio (organizador). Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ITCP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Ver em: <http://www.itcpgv.com/>. Acessado em 29/07/2015.

KURZ, Robert. O colapso da modernização, 1999.

KURZ, Robert. Os últimos combates, 1997.

LACLAU, Ernesto. Emancipation, 2007.

LEFFINGWELL, William Henry. Office Management: Principles and Practice (Chicago, Nova York e Londres.1925), p. 35. Apud, Harry Braverman, 2014, p. 68.

LOPES, Edward. Discurso, Texto e Significação. São Paulo: Cultrix. 1978.

MACHADO, L.F. O movimento de ITCP's e sua divisão no Brasil. 2014, p. 29.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: UNICAMP. 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. Termos-Chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas. 1978. P. 7 – 23.

MARX, Karl. Cooperação. In_. O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 257 – 266.

MARX, Karl. O Capital. Ed. 9.ed, Ano 1984, Vol. V.1 T.1.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon, Editora Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder: empresa, Estado e escola/ Fernando C. Prestes Motta – São Paulo: Atlas, 1986.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. Ver em: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/>. Acesso em 24/08/2015.

OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins de. Significados acerca das cooperativas populares e suas interfaces com a economia solidária. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (org.). Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: Avanços e Desafios. Viçosa, MG, 2010. p. 247 – 273.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP. 1993.

ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre o “racismo”. 2004.

SCHUMPETER, J. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SICREDI. Ver em: <https://www.sicredi.com.br/>. Acesso em 24/08/2015.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA OCB/ RO. Ver em: <http://www.sescoop-ro.org.br/>. Acesso em 27/08/2015.

SMITH, Adam. The Wealth of Nations. (Nova York, 1937).

SUCUPIRA, Grazielle Isabele Cristina Silva; BRAGA, Marcelo José. Empreendimentos de economia solidária e discriminação de gênero: uma abordagem econométrica. In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GAVA, Rodrigo (org.). Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: Avanços e Desafios. Viçosa, MG, 2010. p. 301

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo, Editora Ática, 1985.

URWICK, Lyndall e BRECH, E. F. L. *The Making of Scientific Management*, vol. II (Inglaterra, 1946), pp. 10-11. Apud, Harry Braverman, 2014, p. 68 – 69.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. *Art of Colonization*, 1848.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. Téc. De Gabriel Cohn, 4ª ed. 3ª reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.